

Introdução à Bíblia

Curso Bíblico - Teológico

Módulo V
O Cânon da Bíblia

Sumário

V. O Cânon da Bíblia	03
1. Definindo o Cânon	03
2. O Cânon e a autoridade da Bíblia	05
3. O Cânon do Antigo Testamento	05
A) Estágios do processo de canonização	05
B) Divisões do Cânon do Velho Testamento	06
C) O processo de formação do Cânon do A. T.	07
D) Evidências históricas do processo da canonização	08
E) Reconhecimento dos livros do A.T. divinamente inspirados	11
F) Conclusão do Cânon do A. T.	13
4. Os livros apócrifos do A. T.	13
5. Os livros pseudepígrafos	24
6. O Cânon do Novo Testamento	25
A) Introdução	25
B) O Cânon do N. T. Em relação ao Cânon do A. T.	26
C) O período de transmissão oral	26
D) Origem dos escritos do N. T.	28
E) Estímulos à produção do Cânon do N. T.	49
F) A compilação e reconhecimento progressivo dos livros canônicos	50
G) A seleção dos livros fidedignos	51
H) Circulação e compilação dos livros do N. T.	52
I) Testemunhos do 2º e 3º séculos sobre os livros do N. T.	52
J) Critérios de canonização dos livros do N. T.	58
7. Os livros apócrifos do N. T.	59
8. Os livros pseudepígrafos do N. T.	63
9. Os livros disputados do N. T.	67
10. Exercícios práticos	70
11. Glossário	85

V. O Cânon da Bíblia

1. O que é Cânon?

O termo cânon provém do grego “κανών / kanōn” significa regra, lista, vara, régua, um padrão de medida. No hebraico a palavra QÂNEH (ocorre 61 vezes no Antigo Testamento) significa “CANA” (planta que era usada para medir e pautar), “BALANÇA” (Is 46.6) e, também a “cana para trançar os cestos, ou o bastão reto.” Usos da palavra Cânon:

- **O uso Eclesiástico da palavra Cânon.**

“Cânon” ocorre somente quatro vezes no Novo Testamento, sendo encontrado exclusivamente nas epístolas paulinas. Em 2ª Co 10.13, 15,16 significando ao que parece, a sua regra de procedimento de não trabalhar em campo alheio, especialmente dentro do mundo gentílico (Cf. At 9.15; Rm 1.5 e Gl 2.9). Paulo também emprega o termo em Gl 6.16, indicando uma “regra de vida”, que consiste no apego à palavra de Deus.

- **Uso pelos pais e concílios da igreja**

Os “pais da igreja” e alguns concílios usaram com freqüência a expressão “cânon”, para distinguiu os ensinamentos da igreja das heresias que surgiam:

- a. Clemente de Roma (Por volta de 95 d.C.):** Deparando-se com uma dissensão na igreja de Corinto porque alguns jovens não estavam obedecendo aos presbíteros da igreja, exorta-os a humildade e obediência segundo o exemplo de Cristo, como condição de harmonia e paz. Suas palavras foram de exortação ao arrependimento e um retorno à caminhada segura em Cristo: Prossigamos para a gloriosa e venerável regra (Cânon) de nossa tradição.

- b. Clemente de Alexandria (150 a 250 d.C.):** Chamou a harmonia entre o antigo e o Novo Testamento de “um Cânon da igreja”. Ele também escreveu um livro contra os judaizantes intitulado “Cânon eclesiástico ou contra os judaizantes”.
- c. Irineu (120 – 202 d.C.):** Chama o “credo batismal” que deverá ser guardado sem nenhuma modificação no coração de “o Cânon da verdade”.
- d. Policarpo (70 – 155 d.C.):** Refere-se ao “evangelho” como “Cânon da Fé”.
- e. Hipólito (160 – 235 d.C.):** Faz menção ao “Cânon da fé primitiva”.
- f. Eusébio (260 – 340 d.C.):** Alude ao Cânon da verdade, “Cânon da igreja” e, também ao “Cânon são, da pregação do salvador”.
- g. Basílio (329 – 379 d.C.):** Refere-se ao “transmitido cânon da religião verdadeira”.
- h. João Crisóstomo (354 – 407 d.C.):** Refere-se à Bíblia como a exata “Balança”, padrão e regra de todas as coisas.

Entre os anos 264 e 268 d.C., três sínodos reuniram-se sucessivamente em Antioquia, com o objetivo de julgar os ensinamentos de Paulo de Somosata, bispo de Antioquia desde 260 d.C. O último dos três sínodos (268 d.C.) o condenou e o excomungou por “heterodoxia”. A sua doutrina e conduta foram classificadas como sendo uma apostasia do “Cânon”, ou seja, o abandono da fé ortodoxa.

Os primeiros sínodos da igreja, inclusive alguns dos ecumênicos, intitularam suas decisões de cânones (Ex. Âncira: 314 d.C.; Neocesaréia: 315 d.C.; Nicéia: 325 d.C.; Gangra: 325-381 d.C.; Antioquia: 341 d.C. e Constantinopla: 381 d.C.).

2. O Cânon e a Autoridade da Bíblia.

Devemos fazer uma distinção entre a canonicidade de um livro da Bíblia e sua autoridade. Um livro contém autoridade, por causa de sua inspiração divina antes de ser qualificado para canonização. D'outra sorte, um livro não é inspirado porque a igreja o afirma, mas ele o é em si e a igreja reconhece toda inspiração.

- **Relação entre Canonicidade, Revelação e Inspiração.**

A origem e desenvolvimento do cânon envolveram 3 (três) passos:

- a. Revelação
- b. Inspiração
- c. Canonização

Na revelação, temos a verdade, na inspiração, temos o registro da verdade e na canonização o reconhecimento dos escritos como revelados e inspirados.

3. O Cânon do Antigo Testamento.

A) Estágios do Processo de Canonização

H. E. Ryle, em seu livro “The Cânon of the Old Testament”, declara que há três estágios no processo de canonização:

- a. A proclamação e formação oral do conteúdo dos livros do Antigo Testamento,
- b. A redação destes livros na forma presente e
- c. A seleção desses livros para ocuparem o cânon judaico das escrituras. Os dois primeiros estágios estão relacionados com a inspiração das escrituras, e indiretamente com a canonização. O terceiro estágio está diretamente relacionado com a canonização, e indiretamente com a inspiração. O reconhecimento oficial dos escritos não pode ser separado da inspiração divina desses livros. É trabalho do Espírito Santo guiar as pessoas no reconhecimento dos escritos inspirados. A canonização reconhece a inspiração dos escritos sagrados, mediante o qual Deus fala. O processo de canonização não é

apenas um ato oficial humano, mas certamente também inclui o trabalho providencial do Espírito Santo. A direção divina na seleção dos livros não elimina, entretanto, a atividade humana.

B) Divisões do Cânon do Antigo Testamento

O Antigo Testamento hebraico está dividido em três partes:

- a. A lei (Torah);
- b. Os profetas e
- c. Os escritos.

Estas divisões parecem representar estágios do processo de canonização. Não há determinação específica nestas expressões se há seqüência cronológica em que os livros surgiram ou se à sua posição no cânon.

A Lei

A Torah (lei) marcou o começo da coleção de material que constituiu o cânon. Não obstante o reconhecimento dos profetas como divinamente inspirados, nenhum se igualou à autoridade da lei na vida da nação de Israel. A canonicidade da lei, data pelo menos da época de Esdras (Séc. V - a.C.).

Os Profetas

Desde tempos antigos, as mensagens dos profetas eram reconhecidas como procedentes do Senhor. Os profetas abrangem 8 (oito) livros: Os livros históricos de Josué, Juízes, Samuel e Reis e os Livros proféticos de Jeremias, Ezequiel, Isaías e os 12 profetas menores. Esta é a segunda divisão do material que constitui o cânon.

Os Escritos – ou Hagiógrafos (escritos sagrados)

Compreendem onze livros: Os livros líricos e sapienciais de Salmos, Jó, Provérbios, Eclesiastes, Cantares e Lamentações de Jeremias e os Livros Históricos de Daniel, Éster, Esdras e Neemias. O grupo inteiro

pode ter sido mencionado em certas ocasiões como os Salmos (Cf. Lc 24.44).

C) O processo de formação do Cânon do Antigo Testamento.

Foi um processo de acrescentamento gradual. A divisão em Lei, profetas e escritos confirmam esta afirmação, resultado do trabalho de inúmeras pessoas. A autoridade eclesiástica limitou-se a sancionar e fixar a coleção de escritos que vinham sendo reconhecidos como divinos. Apesar de não sabermos com detalhes como os livros do antigo testamento foram selecionados, algumas escrituras do Antigo Testamento nos informam o seguinte:

- a. Ex 20.1- 24.8 – Certos códigos legais ficavam debaixo de sanção religiosa. As referidas leis eram guardadas na arca e eram especialmente veneradas. A própria arca era um símbolo da presença de Deus entre seu povo. As leis eram para guiar o povo nas relações do pacto. Era costume guardar documentos oficiais no santuário (Cf. Dt 31.9 vss; Js 24.25-26 e 1º Sm 10.25).
- b. Durante o reinado de Josias, cerca de 621 a.C., o sacerdote Hilquias descobriu um livro da Lei no santuário, durante sua reconstrução (2º Rs 22.3 e vss.). Depois que Safã leu o livro para o rei Josias, este rasgou suas vestes e mandou que Hilquias e seus associados pedissem misericórdia à Deus, visto que eles, o rei e o povo estavam desobedecendo as palavras do livro. Apesar de terem passados 700 anos antes que se reconhecesse um cânon oficial, os atos do Rei Josias e do povo revelam que Eles reconheceram a autoridade divina expressa no livro sagrado.
- c. Depois de sua volta da Babilônia em 538 a.C., Esdras trouxe um livro da lei ao povo em Jerusalém. A lei continha a sabedoria de Deus (Ed 7.25) e deveria ser seguida na organização oficial dos líderes e Juízes do povo. A lei continha autoridade sobre a vida das pessoas, a ponto de punir com a pena de morte ou banimento aqueles que a

desrespeitassem. A reverência do povo pela lei se revela na sua posição (postados em pé) conferir Ne 8.5 vss.

D) Evidências históricas do processo de canonização

Os eruditos conservadores observam que:

- a. A canonização se baseia na autoridade divina contida num livro;
- b. A canonicidade é determinada por Deus, que inspira os escritos;
- c. Deus também inspira os homens a reconhecer os livros canônicos.

• A Grande Sinagoga

Muitos livros fazem referência à “Grande sinagoga” um conselho, do qual Esdras era presidente, e que incluiu entre seus 120 membros, Neemias, Ageu, Zacarias, Malaquias, Daniel e Simão, o justo. Embora o Talmude (uma compilação de estudos, reunidos desde o tempo de Esdras até o sexto século de nossa era, contendo lei, poesias, orações, ritos, sermões, folclore, regras sobre procedimento, mas especialmente comentários escriturísticos, um repositório de leis judaicas) atribua a ratificação do cânon hebraico aos membros desta sinagoga, alguns eruditos afirmam que a “grande sinagoga”, não passa de uma lenda que surgiu no século XVI, sendo ela produto de ficção rabina.

• Historiador Josefo

O historiador Josefo (70 a.C.) em sua catilinária contra Apion nos afirma que os judeus estavam convictos de que o cânon tinha sido fixado no tempo de Esdras e Neemias. Na mesma sátira contra Apion acima citada, Josefo apresenta a teoria dos judeus sobre o cânon, cujas principais características são: 1. Inspiração divina; 2. A santidade objetiva dos livros comparada com a literatura profana; 3. A limitação numérica em 22 livros (os 24 livros se originaram da separação de Rute, de Juízes e de Lamentações de Jeremias, 4. A inviolabilidade do texto. Todos os escritos teriam sido compostos entre Moisés e Artaxerxes I (falecido em 424 a.C.).

Os judeus haviam estabelecido princípios para os livros do Antigo Testamento figurarem no Cânon, à saber:

- a. Estarem conformidade com a lei;
- b. Terem sido escrito na Palestina;
- c. Redigidos em língua hebraica;

Parece-nos que o intuito de Josefo ao falar de 22 livros era o mesmo de alguns rabinos de obterem uma correspondência dos livros e os da letra do alfabeto hebraico. Como o alfabeto hebraico tem mais cinco letras finais, não faltou quem contasse 27 livros, fazendo para isso subdivisões em Reis, Esdras e outros livros. A divisão que hoje temos de 39 livros, tem sua origem na tradução do hebraico para o grego.

- **O Pentateuco Samaritano**

Nos tempos de Esdras e Neemias, foi exigida a separação de Judeus e estrangeiros. Visto que os samaritanos se casaram com estrangeiros, os judeus deixaram de associar com eles (Cf. Ne 13.23 e vss.). Esta atitude forçou os samaritanos a estabelecer seu próprio lugar de adoração. A liderança religiosa da nova comunidade provavelmente foi dada a Eliasibe, que era sumo sacerdote e genro de Sambalate, o qual foi forçado a deixar Jerusalém por causa do seu casamento com uma estrangeira (Cf. Ne 13.28). De acordo com Josefo, existia um templo samaritano no Monte Gerizim no ano 332 a.C. A Bíblia Samaritana consistia apenas de 5 (cinco) livros da lei. Muitos eruditos concluíram que os samaritanos providenciaram para si mesmos um texto da lei depois que cortaram as relações com os judeus. A semelhança do Pentateuco Samaritano com os livros judaicos da lei indica que o Pentateuco era um escrito reconhecido oficialmente, e que tinha alcançado forma fixa.

- **A Septuaginta**

Uma grande comunidade judaica tinha-se desenvolvido no Egito, especialmente na vizinhança de Alexandria. Os judeus de Alexandria falavam grego e precisavam de uma versão grega de seus escritos religiosos. O livro da lei foi traduzido no ano 250 a.C. os outros livros

foram traduzidos para o grego no ano 150 a.C. A Bíblia Grega contém todos os escritos contidos na Bíblia, acrescida dos livros apócrifos. A semelhança da Septuaginta com a Bíblia Hebraica sugere que não houve grandes mudanças no conteúdo depois de feita a tradução para o Grego. Ao tempo em que se completou a Bíblia Grega, o Cânon já tinha assumido forma definitiva.

Josefo, historiador judeu registra uma tradução interessante a respeito da origem da Bíblia Grega (antiguidades XII, 2, 1-14). Descreve como o Rei Egípcio, Ptolomeu Filadelfo (285-246 a.C.), desejou possuir os livros da lei judaica em sua biblioteca particular. Seu bibliotecário Demétrio sugeriu que os livros solicitados fossem traduzidos para o Grego. Demétrio deu a entender que os livros já tinham sido traduzidos, mas a tradução era imprecisa, precária. O rei ordenou então que o sumo sacerdote Eleazar, mandasse buscar em Jerusalém 72 tradutores (6 de cada tribo), para efetuarem a tradução das escrituras hebraicas. Ficaram isolados na ilha de Raros e cumpriram sua missão em 72 dias e a população judaica e o Rei foram convidados a aprovar a tradução. O rei ficou deslumbrado com o livro da lei, com a profunda sabedoria daquele que o escreveu. O rei perguntou a Demétrio por que razão o livro da lei não fora considerado antes pelos poetas e historiadores. Demétrio respondeu que “ninguém ousaria sequer tocar de leve na descrição dessas leis, por que eram divinas, veneráveis e porque alguns que o quiseram foram castigados por Deus”.

- **Eclesiástico**

Jesus, filho de Siraque, escreveu no ano 190 a.C., um livro de sabedoria (Eclesiástico) que foi traduzido para o grego por seu neto no ano 132 a.C. O neto declarou no prólogo que seu avô tinha estudado diligentemente a lei, os profetas e outros escritos de “nossos antepassados”. Esta afirmação reconhece as três seções do Antigo Testamento. Ele explicou que seu avô escreveu para auxiliar os gentios a amar a “lei, os profetas e outros livros de nossos Pais.”

- **Macabeus**

O livro de Macabeus, data aproximadamente do ano 100 a.C. O escritor considerou a lei de Moisés fundamental em toda a vida social e religiosa de seu povo. O livro relata que Judas encorajou seus homens desde a lei e os profetas (15.9). Em 2.13-15 disse: As mesmas coisas foram registradas, também nos escritos e memórias sobre Neemias, como na formação de uma biblioteca, ele conseguiu reunir os livros sobre os reis e os profetas, os sobre Davi, e cartas de Reis sobre dádivas. A declaração reflete a reminiscência de um estágio primitivo de formação do cânon referente à época de Neemias no século V a.C. "os reis e os profetas" é uma referencia aos profetas primeiros e aos posteriores. "Os de Davi" se referem aos Salmos.

- **II Esdras**

Este livro data de 90 a.C. contém uma lenda sobre a destruição da lei pelo fogo. Esdras lembrou a Deus que o mundo ficaria nas trevas porque os livros da lei tinham sido destruídos em Jerusalém. Ele pediu ao Espírito Santo que descesse para guiá-lo na restauração dos livros. Foi então instruído a reunir-se com cinco escribas e conseguir material para escrever. No dia seguinte "Uma voz lhe ofereceu uma xícara cheia de alguma coisa semelhante à água, mas sua cor era como de fogo" (14.39). Depois de bebê-la, seu coração se extravasou de sabedoria. Ele ficou inspirado e ditou continuamente por 40 (quarenta) dias aos cinco escribas, resultando na produção de 94 livros, 24 dos quais compuseram o antigo testamento hebraico.

E) Reconhecimento dos livros do A. T. divinamente inspirados.

Reconhecimento aqui é a atividade humana que sanciona os livros inspirados e autorizados. A autoridade divina da maioria dos livros do antigo testamento já era aceita pelo povo muito antes de qualquer decisão oficial.

- **O Cânon Palestino**

Depois da destruição de Jerusalém e do templo no ano 70 d.C., os eruditos judeus mudaram-se para Jamnia, para estudo das escrituras. Um concílio de líderes judeus, em 90 d.C. (mais tarde chamado

concílio de Jamnia). Segundo muitos eruditos o concílio de Jamnia encerrou o Cânon do Antigo Testamento. Este concílio defendeu a canonicidade de quatro livros contra ataques da “Escola de Shamaí”, que não queria que eles figurassem entre os demais. Os livros eram os seguintes:

- a. Ester, por não fazer menção ao nome de Deus.
- b. Cantares, por ser considerado por muitos, mero canto de amor.
- c. Eclesiastes, por causa do espírito pessimista que permeia o Livro.
- d. Provérbios, por possuir capítulos de autores desconhecidos.
- e. O concílio após alguma divergência reconheceu Os 24 livros da Bíblia Hebraica (os 39 da Bíblia em português). A igreja evangélica, no século 16, foi grandemente influenciada por este concílio, ao reconhecer os mesmos livros como canônicos.

- **O cânon de Alexandria**

Judeus de fala grega residiam em Alexandria e suas proximidades, no Egito. Tinham um templo e uma literatura religiosa. A seleção de escritos religiosos que usavam incluía todos os livros de Bíblia Hebraica mais os apócrifos.

A diferença entre o Antigo Testamento Católico e o Protestante é o resultado da escolha diferente entre os livros da Bíblia Hebraica da Palestina e os livros da Bíblia Grega de Alexandria. No concílio de Trento em 1546, a Igreja Católica Romana declarou oficialmente o status canônico dos livros apócrifos e referiu-se a eles como “deuterocanônicos.”

F) Conclusão do Cânon do Antigo Testamento

A alta crítica (metodologia que se ocupa em estudar, autoria, tempo, lugar e circunstâncias em que o livro escrito), também denominada de crítica histórica, difere da baixa crítica, ou crítica textual (que se ocupa com a linguagem, vocabulário e questões de gramática). A história da transmissão do texto, inclusive às tentativas de restaurar o texto original, indica três estágios de canonização:

- a. O Pentateuco foi canonizado depois do exílio Babilônico, 432 a.C., nos dias de Esdras e Neemias;
- b. Os profetas foram canonizados entre 300 e 200 a.C. e,
- c. Os escritos no período de 160 a 150 a.C.

O cânon completo foi oficialmente ratificado em 90 d.C., pelo concílio de Jamnia. Outros estudiosos deste assunto concluíram que Esdras e Neemias colecionaram os livros sagrados do Antigo Testamento e fecharam o cânon, entre os anos 430 e 420 a.C. Alguns autores mais precisos fixam a data em 432 a.C. De acordo com Flavio Josefo (contra Apion 1.8) e com o Talmude, a sucessão de profetas encerrou-se com Malaquias nos dias de Neemias. Assim registra o Talmude: “Depois dos últimos profetas, Ageu, Zacarias e Malaquias, o Espírito Santo apartou-se de Israel”. Além disso, jamais o Novo Testamento cita algum outro livro depois de Malaquias, como autorizado.

4. Os Livros Apócrifos do Antigo Testamento.

O termo “apócrifo” significa “escondido”, “oculto”. No sentido religioso significa “espúrio” “não genuíno.” Para os evangélicos os livros apócrifos são os que não faziam parte do cânon hebraico, portanto não inspirados. Foram anexados à Septuaginta e a Vulgata Latina. Os livros apócrifos foram oficialmente aceitos pela igreja católica no concílio de Trento em 1546, que se referiu à eles como “deuterocanônicos”. A reforma protestante rejeitou a inclusão dos livros apócrifos no cânon.

Razões para rejeição dos apócrifos

- a. Não foram citados por Cristo, e não há referência direta à eles por parte dos apóstolos. Os apóstolos citaram 433 vezes o Antigo Testamento, mas nenhuma vez estes livros.
- b. Foram rejeitados pelos pais da igreja.
- c. Atanásio, Orígenes, Epifânio, Rufino, São Jerônimo, fizeram referências ao cânon, sem mencionar os apócrifos.
- d. Não figuravam no cânon hebraico, e daí, deduz-se que não eram inspirados.
- e. Há neles referências que contradizem os livros canônicos.

Exemplos

- **Dar esmolas como requisito para salvação:** Eis as palavras textuais de Tobias 12.9: “Porque a esmola livra da morte, e ela é quem apaga os pecados, e faz achar misericórdia e a vida eterna”. A Bíblia desautoriza este ensino. (Cf. 1ª Pe 1.18-19).
- **Defende a doutrina do purgatório:** Esta crença está registrada no livro de sabedoria de Salomão (3.1-4). A Bíblia nada diz acerca disso.
- **Autoriza o charlatanismo:** Tobias 6.6-8 nos diz que um anjo aconselhou Tobias a colocar um pedaço de carne sobre brasas para que a fumaça afugentasse toda a espécie de demônios.
- **Recomenda oferta e orações pelos mortos:** II Macabeus 12.42-46. Os ensinamentos dos livros canônicos são contrários a este ensino (Cf. Ec 9.5-6).
- **Salvação pelas obras:** Eclesiástico 3.33-34, afirma: A água apaga o fogo ardente, e a esmola resiste aos pecados. E Deus é que põe os olhos naquele que faz mais bem. Lembra-te dele para o futuro, e no tempo de sua queda achará arrimo.
- **Em Tobias 5.16-19:** Há uma afirmação que os anjos mentem. O anjo Rafael disse que era de Cezarias.

- **Apresenta a doutrina da co-redenção de Maria:** Sabedoria 8.20, nos apresenta a virgem Maria nascida sem pecado e imaculada. Neste verso nasce a doutrina de Maria Co-redentora, cujo dogma foi promulgado em 1854 pelo Papa Pio IX. Que diz a Bíblia quanto à salvação? (Sl 51.5, Lc 1.30-35, At 4.12 e Rm 3.23).
- **Eclesiástico afirma que se deve negar o pão aos ímpios:** Eclesiástico 12.5-6. Não é este o ensino bíblico (Mt 5.44-48 e Rm 12.20).
- **Judite 9.2** - Declara que Deus forneceu a Simeão uma espada para com ela ferir seus inimigos. O relato bíblico é bem diferente (Gn 49.5-9 e Rm 12.19).
- **Judite 1.5** - Apresenta Nabucodonosor como Rei da Assíria e Baruque 1.11 - Afirma que Baltazar era filho de Nabucodonosor. Evidentemente, erros históricos.

Os livros apócrifos são quase todos escritos em grego ao passo que os canônicos são escritos em hebraico.

Relação dos livros apócrifos

Foram considerados pelos judeus como estando especificamente fora do cânon. São os seguintes: 1ª Esdras, 2ª Esdras, Tobias, Judite, os acréscimos a Éster, Sabedoria de Salomão, Eclesiástico, Baruque, a carta de Jeremias, os acréscimos ao livro de Daniel, (a oração de Azarias e cântico dos três jovens, historia de Suzana, Historia de Bel e o dragão) a oração de Manasses, 1ª Macabeus e 2ª Macabeus.

Dentre estes os sete mais importantes são: 1ª e 2ª Macabeus, Tobias, Judite, Sabedoria de Salomão, Eclesiástico e Baruque, assim classificados:

- a. Históricos (1ª e 2ª Macabeus, Tobias e Judite);
- b. Poéticos ou Sapienciais (Sabedoria de Salomão e Eclesiástico) e
- c. Profético (Baruque).

Conteúdo dos livros apócrifos

- **1ª Esdras:** Parece ser uma compilação de material histórico extraído de diversas partes do Antigo Testamento, notadamente, Crônicas, Esdras e Neemias. Inclui uma interpretação interessante, “Debate dos três soldados” (Esdras 3.1-5,6, no qual a supremacia da verdade é demonstrada por alguns erros e inconsistências históricas, encontrada no livro, em nítido contraste das fontes canônicas nos quais o compilador de 1ª Esdras se baseou). Escrito em 150-100 a.C.
- **2ª Esdras:** Consiste em um apocalipse judaico, no qual Esdras em uma série de visões comenta a situação difícil de Israel exilado, e procura por uma figura messiânica que restaure a nação a sua teoria anterior. Escrito por volta de 100 a.C.
- **Tobias:** É uma mistura de Folclore e Romance escrito talvez em acerca de 200 a.C. obviamente pretendia instruir os judeus sobre atitudes apropriadas, relacionadas à vida piedosa voltada para Deus. O próprio Tobias é retratado como resoluto no sofrimento e um exemplo a seus companheiros em assuntos de caridade, justiça moralidade e obrigações religiosas. Assim como acontece com 1ª Esdras, o livro contém erros históricos e geográficos.
- **Judite:** É uma lição de patriotismo. O livro narra como uma mulher judia empreendedora mata um líder inimigo e salva seu povo, a narrativa carece, entretanto de fatos históricos e esta marcado por erros cronológicos e de outros tipos – Escrito 150 a.C.
- **Acréscimos ao livro de Éster:** Compreendeu as seguintes seções: O sonho de Mardoqueu, o edito de Assuero contra os judeus, as orações de Mardoqueu e Éster. Está diante do Rei, o edito de Assuero em favor dos judeus e um epílogo. Essas seções foram projetadas para serem intercaladas no texto do livro canônico. É provável que tenha sido escrito originalmente em grego. Escrito entre os anos 140 a 110 a.C.

- **Sabedoria de Salomão:** Compilado talvez em cerca de 100 a.C. É um louvor à sabedoria de Deus. Apresenta uma elaboração dos ensinamentos acerca de Provérbios e Eclesiastes. Sua essência doutrinária contém mais o pensamento grego do que hebraico. O autor se apresenta na pessoa de Salomão. É certamente uma ficção literária. O livro era muito lido na primitiva era cristã.
- **1ª Macabeus:** Foi escrita com o propósito de registrar uma história “espiritual” da nação de Israel, a exceção que trata exclusivamente do período de Macabeus. É baseado em algumas fontes literárias genuínas, embora a autenticidade de determinados trechos da obra seja questionável.
- **2ª Macabeus:** Enquanto 1ª Macabeus procura apresentar uma narrativa objetiva dos Hasmoneus, 2ª Macabeus consta de um sumário retórico de uma obra consideravelmente maior a respeito dos assuntos vigentes na era dos Macabeus. É ainda mais teologicamente orientado do que 1ª Macabeus e contém diversos erros cronológicos bem como contradições efetivas.
- **Eclesiástico:** Em grego chamado “Sabedoria de Jesus, filho de Siraque”, é um compêndio de ética, era grandemente estimado tanto por judeus como cristãos. O autor era um escriba que desejava dar uma forma mais permanente aos seus ensinamentos, pelo que utilizou como modelo o Livro Canônico de Provérbios. Escrito entre 130 a 120 a.C.
- **Baruque:** Profeta quase desconhecido extraiu seu material de certos profetas e sábios do Antigo Testamento e está na forma de discurso, enviado aos judeus no exílio babilônico. Seus temas principais são: O pecado, o castigo e o perdão de Israel. Escrito entre 150 a 50 a.C.
- **A carta de Jeremias:** Escrito entre 300 a 100 a.C., é um documento supostamente enviado aos judeus que estavam a ponto de serem levados cativos para Babilônia, é na realidade um tratado religioso condenando a idolatria.

- **Os acréscimos ao livro de Daniel:** A oração de Azarias, a qual reconhece a justiça divina do cativo babilônico, é segura pelo **cântico dos três jovens**, quando foram libertos da fornalha ardente, **A História de Suzana**, mostra como Daniel salva da morte uma mulher inocente. Este relato parece ter sido baseado em um conto popular babilônico. **A história de Bel e o Dragão** contém duas narrativas que ridicularizam a idolatria e mostram a falta de poder dos deuses babilônicos. Estas seções escritas entre I e II século a.C. são alheias ao hebraico e o aramaico da obra canônica.
- **A oração de Manasses:** Consiste em um curto salmo penitencial, que representa o suposto pedido do Rei pela misericórdia divina, durante um período de aprisionamento na babilônia (Cf. 2º Cr 33.10-13). Escrito no século I e II a.C.

Argumentos em prol da aceitação apócrifos do Antigo Testamento

Os livros apócrifos têm diferentes graus de aceitação entre os cristãos. A maior parte dos judeus e protestantes aceita que tenham valor religioso e histórico, sem, contudo serem canônicos. A igreja católica, desde o concílio de Trento em 1546, tem aceitado estes livros como sendo canônicos, mas recentemente, os católicos têm defendido a idéia de uma deutero-canonicidade, mas os livros apócrifos são utilizados para apoiar doutrinas extra-bíblicas. Outros grupos, como os anglicanos e várias igrejas ortodoxas, nutrem diferentes concepções sobre os livros apócrifos.

Argumentos aduzidos em favor da canonicidade

- **Alusões no Novo Testamento:** O Novo Testamento reflete o pensamento e registra alguns fatos e acontecimentos dos livros apócrifos. Exemplo: O livro de Hebreus fala de mulheres que receberam seus mortos pela ressurreição (Hb 11.35) e faz referência a II Macabeus 7 e 12. Os chamados apócrifos e pseudepígrafos são citados em Jd 14,15 e 2ª Tm 3.8.

- **Emprego que o Novo Testamento faz da Septuaginta:** A tradução grega do Antigo Testamento hebraico, em Alexandria, é conhecida como septuaginta (LXX). É a versão mais citada pelos autores do Novo Testamento e pelos cristãos primitivos. A LXX continha os livros apócrifos. A presença desses livros na LXX dá apoio ao Cânon Alexandrino mais amplo do Antigo Testamento, em oposição ao Cânon Palestino, que os omite.
- **Os mais antigos manuscritos completos da Bíblia:** Os mais antigos manuscritos da Bíblia contêm os livros apócrifos inseridos entre os livros do Antigo Testamento.
- **A arte cristã primitiva:** Alguns dos registros mais antigos da arte cristã refletem o uso dos apócrifos. As representações nas catacumbas às vezes se baseavam na história dos fiéis registrada no período intertestamentário.
- **Os primeiros pais da igreja:** Alguns dos mais antigos pais da igreja, de modo particular os do ocidente, aceitaram e usaram os livros apócrifos em seu ensino e pregação. E até mesmo no Oriente. Clemente de Alexandria reconheceu 2ª Esdras como inteiramente canônico. Orígenes acrescentou Macabeus, bem como a epístola de Jeremias à lista dos livros canônicos. Irineu mencionava o livro de Sabedoria, e outros pais da igreja citavam outros livros apócrifos.
- **A influência de Agostinho (354-430):** Agostinho atribuiu os livros apócrifos categoria canônica. Ele influenciou os concílios da igreja em Hipo (393 d.C.) e em Cartago (397 d.C.), que relacionavam os apócrifos como canônicos: A partir de então a igreja ocidental passou a usar os apócrifos em seu culto público.
- **O concílio de Trento:** Em 1546, o concílio católico do pós-reforma, realizado em Trento, proclamou os livros apócrifos, como canônicos, declarando o seguinte: “O sínodo [...] recebe e venera [...] todos os livros do Antigo Testamento como do Novo (incluindo os apócrifos) entendendo que um único Deus é o autor de ambos os testamentos [...] como se houvessem sido

ditados pela boca do próprio Cristo, ou pelo Espírito Santo[...] Se alguém não recebes tais livros como sagrados e canônicos, em todas as suas partes, de forma em que têm sido usados e lidos na igreja católica [...] seja anátema.

- **O uso não católico:** As Bíblias protestantes desde a reforma com frequência continham os livros apócrifos. Nas igrejas anglicanas os apócrifos eram lidos regularmente, ao lado dos demais livros do Antigo e do Novo Testamento. Os apócrifos são também usados pelas igrejas de tradição ortodoxia oriental.
- **A comunidade do mar morto:** Os livros apócrifos foram encontrados entre os rolos em comunidade do mar morto, em Qumram. Alguns haviam sido escritos em hebraico, o que seria indício de terem sido usados por judeus palestinos antes da época de Jesus.

Réplica e argumentos contra a canonicidade dos apócrifos

- **A autoridade do Novo Testamento:** O Novo Testamento não cita qualquer livro apócrifo como inspirado. As alusões a tais livros não lhe emprestam autoridade, assim como, as alusões neotestamentárias a poetas pagãos não lhe conferem inspiração divina. Além disso, o Novo Testamento cita quase todos os livros canônicos do Antigo Testamento e atesta o conteúdo e os limites deste Testamento omitindo os apócrifos.
- **A tradução da Septuaginta:** A Palestina era o lar do cânon judaico, jamais a Alexandria no Egito. Alexandria, o grande centro do saber grego no Egito, não tinha autoridade para saber com precisão que livros pertenciam ao Antigo Testamento judaico. Alexandria era o lugar da tradução, não da canonização. O fato de a Septuaginta conter os apócrifos apenas comprova que os judeus alexandrinos traduziram os demais livros religiosos judaicos do período intertestamentário ao lado dos demais livros canônicos. Filo, o judeu alexandrino, rejeitou com toda clareza a canonicidade dos apócrifos, no

tempo de Cristo, assim como o judaísmo oficial em outros lugares e épocas.

- **A Bíblia Cristã Primitiva:** Os mais antigos manuscritos gregos da Bíblia datam do século IV d.C. Seguem a tradução da LXX, que contém os apócrifos. Como já foi dito, era uma tradução grega e não o cânon hebraico. Jesus e os escritores do Novo Testamento, quase sempre fizeram citações da LXX, mas jamais mencionaram um livro sequer dentre os apócrifos. No máximo, a presença dos apócrifos na Bíblia cristã do século IV mostra que tais livros eram aceitos até certo ponto por alguns cristãos, naquela época. Isso não significa que os judeus ou os cristãos como todo aceitaram esses livros como canônicos, isso sem mencionarmos a igreja universal, que nunca os teve na relação de livros canônicos.
- **Arte cristã primitiva:** As representações artísticas não constituem base para apurar a canonicidade dos apócrifos. As representações encontradas nas catacumbas mostram apenas que os crentes daquela época estavam cientes dos acontecimentos do período intertestamentário e os consideravam parte de sua herança religiosa.
- **Os primeiros pais da igreja:** Muitos dos pais da igreja em seu começo, dos quais, Melito, Orígenes, Cirilo de Jerusalém e Atanásio, se apuseram aos apócrifos. Nenhum desses pais anteriores a Agostinho aceitaram todos os livros apócrifos canonizados em Trento.
- **O cânon de Agostinho:** O testemunho de Agostinho não é definitivo, nem isento de equívocos. Primeiramente Agostinho às vezes faz supor que os apócrifos apenas tinham uma deutero-canonicidade (cidade de Deus 18,36) e não canonicidade absoluta. Além disso, os concílios de Hipo e de Cartago foram pequenos concílios locais, influenciados por Agostinho e pela tradução da Septuaginta grega. Nenhum estudioso hebreu qualificado esteve presente nestes concílios.

O especialista hebreu mais qualificado, da época, Jerônimo, argumentou fortemente contra Agostinho, ao rejeitar a canonicidade dos apócrifos. Jerônimo chegou a recusar-se a traduzir os apócrifos para o latim, ou mesmo, incluí-los em suas versões em latim vulgar (vulgata latina). Só depois da morte de Jerônimo, é que os livros apócrifos foram incorporados aquela tradução.

- **O concílio de Trento:** A ação do concilio de Trento foi ao mesmo tempo polemica e prejudicial. Em debates com Lutero, os católicos Romanos haviam citado Macabeus em apoio à oração pelos mortos (Cf. II Macabeus 12.45-46). Lutero e os protestantes que o seguiam desafiaram a canonicidade desse livro, citando o Novo Testamento, os primeiros pais da igreja e os mestres judeus de apoio. O concilio de Trento reagiu a Lutero canonizando todos os livros apócrifos. A ação do concilio além de polemica foi prejudicial, visto que nem todos os apócrifos foram aceitos pelo concilio. Essa decisão, em Trento, não obteve aceitação universal indisputável dentro da igreja católica e na reforma. Nesta mesma época o cardeal Cajetan, que se opusera a Lutero de Augesburgo, em 1518, publicou comentário sobre todos os livros históricos fidedignos do Antigo Testamento, em 1532, omitindo os apócrifos. O cardeal Ximenes distinguiu os apócrifos dos livros do cânon do Antigo Testamento, de sua obra poliglota complutense (1514-1517).
- **O uso não católico:** O uso dos livros apócrifos entre igrejas ortodoxas, anglicanas e protestantes foi desigual e diferenciado. Algumas os usam, no culto publico. Muitas Bíblias contem traduções dos livros apócrifos, ainda que colocadas à parte em geral entre o Antigo e Novo Testamento. Entretanto, estes livros nunca tiveram a mesma autoridade que a parte canônica da Bíblia. Os não católicos usam os apócrifos mais em devocionais, do que em questões de doutrina.

- **Os rolos do mar morto:** Muitos livros não canônicos foram descobertos em Qumran, dentre os quais comentários e manuais era uma biblioteca que continha numerosos livros não tidos como inspirados pela comunidade. Sendo assim não existem evidências sobre a inspiração dos apócrifos. Não há citações autorizadas.

Conclusão

O cânon do Antigo Testamento até a época de Neemias compreendia 22 (ou 24) livros em hebraico, e que nas Bíblias dos cristãos, seriam 39, como já verificara por volta do século IV. Os livros apócrifos seja qual o valor devocional ou eclesiástico que tiverem não podem ser incluídos no cânon pelos seguintes fatos:

- a. A comunidade judaica jamais os aceitou como canônicos;
- b. Não foram aceitos por Jesus, nem pelas autoridades do Novo Testamento;
- c. A maior parte dos primeiros pais da igreja rejeitou sua canonicidade;
- d. Nenhum concílio da igreja os considerou canônicos senão no final do século IV;
- e. Jerônimo, o grande especialista bíblico e tradutor da vulgata, rejeitou fortemente os apócrifos;
- f. Nenhuma igreja ortodoxa grega, anglicana ou protestante, até a presente data, reconheceu os apócrifos como inspirados e canônicos no sentido integral da palavra;
- g. O concílio de Trento não recebeu apoio da história por sua decisão polemica e preconceituosa;
- h. Não reivindicam ser proféticos;
- i. Não detém a autoridade de Deus;
- j. Contém erros históricos e graves heresias;
- k. Há evidente falta de profecia, o que não ocorria nos livros canônicos.

- I. O povo de Deus, quem os apócrifos teriam sido originalmente apresentados, recusou-os terminantemente.

5. Os Livros Pseudepígrafos.

São escritos judaicos excluídos do cânon por serem julgados espúrios, isto é, falsos. A literatura pseudepígrafa foi produzida entre 200 a.C. a 200 d.C. para encorajar a nação judaica durante a invasão dos Sírios e dos Romanos. Embora não canônicos e espúrios, nem tudo é falso nos escritos pseudepígrafos.

O Novo Testamento refere-se a algumas verdades contidas nesses livros (Cf. Jd 14,15 e 2ª Tm 3.8). Entretanto, estes livros não são mencionados como inspirados ou dotados de autoridade. A semelhança das citações que Paulo faz de alguns poetas não cristãos (Arato: At 17.28; Menânder: 1ª Co 15.33 e Epimênides: Tt 1.12). Trata-se apenas de verdades verificáveis, contidas em livros que em si mesmos não contém autoridade divina. A verdade é sempre verdade seja ela pronunciada por um profeta pagão (Nm 24.17), por um animal irracional e mudo (Nm 22.28) ou mesmo por um demônio (At 16.17) A coleção modelar de pseudepígrafos contém 17 livros. Acrescenta-se o Salmo 151, que se encontra na versão do Antigo Testamento feita pelos tradutores da Septuaginta.

A lista principal é a seguinte:

Lendários:

- O livro de jubileu;
- A epistola de Aristeias;
- O livro de Adão e Eva;
- O martírio de Isaias;

Apocalípticos:

- 1ª Enoque;
- Testamento dos 12 patriarcas;

- O oráculo Sibilino;
- Assunção de Moisés
- 2ª Enoque;
- 2ª Baruque ou apocalipse siríaco de Baruque;
- 3ª Baruque ou apocalipse grego de Baruque.

Didáticos:

- 3ª Macabeus;
- 4ª Macabeus;
- Pirque Arbote;
- A historia de Aicar.

Poéticos:

- Salmos de Salomão;
- Salmo 151.

Históricos:

- Fragmentos de uma obra de Sadoque.

Esta lista não é completa. Outros não conhecidos que vieram à luz, quando da descoberta dos rolos do mar morto. Dentre esses estão o Gênesis, apócrifo, e guerra dos filhos da luz contra os filhos das trevas, etc.

6. O Cânon do Novo Testamento

A) Introdução:

No final do 1º século os livros que vieram a constituir o cânon do Novo Testamento estavam completos. O Novo Testamento foi escrito num período de 50 anos, vários séculos depois que o Antigo Testamento foi completado. Tertuliano, notável escritor cristão das primeiras duas décadas do século III, foi um dos primeiros a chamar as escrituras cristãs de “Novo Testamento”. Este título havia

aparecido antes (190 d.C.) em uma composição feita contra o montanismo, de autor desconhecido.

Nem todos os livros se tornaram conhecidos pelos cristãos desde o início, é muito provável que alguns cristãos primitivos não tivessem visto todos os evangelhos, nem todas as epístolas paulinas, nem todas as outras epístolas, antes do fim do século. Além disso, muitos evangelhos, atos e epístolas apócrifos circularam o segundo século e foram aceitos por alguns grupos, senão não teriam sequer sobrevivido. Que critérios presidiram a aceitação de uns e a rejeição de outros? Quais os princípios que permitiram a inclusão no cânon dos quatro evangelhos, Atos dos apóstolos, as treze epístolas paulinas, as oito epístolas universais e o Apocalipse, enquanto outros livros de idade quase igual foram excluídos? São estas perguntas que constituem a problemática do Cânon do Novo Testamento que vamos estudar.

B) O cânon do Novo Testamento em relação ao Cânon do Antigo Testamento:

A história da formação dos dois cânones diferem em vários aspectos:

- a. O cristianismo desde logo foi uma religião universal, diferente do judaísmo, uma comunidade profética fechada e localizada territorialmente. No cristianismo, faziam-se coleções aqui e ali, que iam se completando, logo no início da igreja. Não havia uma entidade oficial que controlasse os escritos inspirados. Em razão disso, o processo de canonização levou séculos.
- b. Outra diferença é que após aceitos os 27 livros inspirados, não houve movimentos dentro do cristianismo para acrescentar ou diminuir livros. A aceitação foi universal.

C) Período de transmissão oral:

A ênfase principal da igreja do 1º século era pregar o evangelho ao invés de registrá-lo (At 2.14 e ss., 6.4). Neste sentido o cânon do Novo Testamento não difere do Antigo Testamento. O 1º estágio na formação do cânon foi a transmissão oral. Os apóstolos utilizaram-se de duas fontes para provar aos judeus que Jesus era o Messias:

- a. Testemunho pessoal e ocular acerca de Jesus Cristo, e
- b. As escrituras do Antigo Testamento.

A igreja primitiva mostrou relutância em escrever seus ensinamentos, talvez pelas seguintes razões:

- a. Os cristãos primitivos aguardavam o retorno iminente de Cristo, portanto, despendiam seu tempo na proclamação e ensino oral;
- b. Os discípulos em sua maioria não tinham habilidades para escrever, preferiam falar de modo pessoal (2ª Co 12);
- c. Os rabinos preservavam seus escritos oralmente e Jesus Cristo nada escreveu;
- d. Os apóstolos que tinham sido testemunhas oculares de Jesus estavam disponíveis, enquanto o evangelho não se espalhasse através da Judéia.

Parece que se passaram aproximadamente 30 (trinta) anos depois da morte e ressurreição de Jesus Cristo, para que os primeiros evangelhos aparecessem. Este período os eruditos denominam de período de transmissão oral, que à exemplo do Antigo Testamento foi a primeira fase para canonização do Novo Testamento. Assim, parece razoável crer que a proclamação e ensino oral eram os meios de comunicar as tradições cristãs neste período inicial. Os materiais de escrita eram dispendiosos, e o método de copiar à mão, um tanto vagaroso. A preponderância da transmissão oral, contudo não impediu as produções literárias.

- **A forma mais primitiva do evangelho.**

Um exemplo primitivo da mensagem que os apóstolos pregavam se encontra no sermão de Pedro no dia de Pentecostes **Kerigma** (At 2.14-36).

- a. Jesus é o cumprimento do Antigo Testamento (At 2.14-21);
- b. A vida, morte, ressurreição e ascensão de Jesus Cristo, sendo Ele o descendente prometido de Davi, aprovado por Deus por suas maravilhas e poderosos feitos. Ele voltará para julgar a humanidade e consumir o seu reino. **Didaquê** (At 2.37-39);

- c. Os homens são exortados ao arrependimento e batismo em nome de Jesus, como condição para remissão de pecados e receberem da dádiva do Espírito Santo (At 2.38);
- d. O Kerigma (proclamação) objetiva despertar a fé para o arrependimento, batismo e recepção do Espírito Santo, e
- e. O Didaquê (ensino) objetiva a obediência do discipulado.

D) Origem dos escritos do Novo Testamento.

Os livros do Novo Testamento foram surgindo sem desígnio, previsão, sendo coligidas as palavras de Jesus, as narrativas sobre sua vida, os atos dos apóstolos, as epístolas e o livro do Apocalipse.

Embora haja muitas controvérsias concernentes as datas em que foram escritos alguns livros do Novo Testamento, existe consenso entre os estudiosos que o primeiro livro escrito foi 1ª Tessalonicenses em 51 d.C. em 96 ou 97 d.C., João escreveu o Apocalipse.

- **O evangelho mais antigo – Marcos.**

É questão também aceitável entre os eruditos, que o evangelho de Marcos é o mais antigo, possivelmente data entre 65 e 68 d.C. De acordo com a crítica textual, idéia aceita pela maioria dos comentaristas Mateus e Lucas usaram Marcos como fonte para os seus evangelhos. Como resultado o trabalho de B.H. Streeter, a maioria dos eruditos contemporâneos aceita a teoria dos 4 (quatro) documentos, que são:

1. Marcos foi escrito primeiro e foi usado por Mateus e Lucas.
2. Q (de “Quelle” – origem, fonte em alemão), era uma fonte que supriu os ensinamentos ou as atividades de Jesus e que são comuns a Mateus e Lucas, mas não se encontram em Marcos.
3. L – Era uma fonte usada por Lucas para seu material especial.
4. M – Era uma fonte usada por Mateus para seu material especial.

O Evangelho de Mateus

O primeiro evangelho é tradicionalmente atribuído a Mateus, Levi cobrador de impostos ou publicano, a quem Jesus chamou para ser um dos doze apóstolos (Cf. Mt 9.9-13 e 10.3).

A autoria de Mateus pode ser considerada incontroversa, uma vez que ele era um membro obscuro do grupo dos apóstolos. Não parece haver razão para o tornar autor de uma obra espúria. Qualquer falsificador que procurasse alcançar fama por obra que produzisse, teria preferido publicá-lo em nome de um apóstolo de maior fama. Não se conhece a data exata que pode situar-se pouco antes de 70 d.C. foi escrita provavelmente de Antioquia.

O Evangelho de Marcos

Quando Paulo e Barnabé partiram na primeira viagem missionária (46 d.C.) levaram João Marcos como seu auxiliar e pregaram para Judeus e Gentios. Provavelmente uma das tarefas de Marcos, foi servir de catequista na instrução de novos convertidos, visto que, os materiais de escrita eram caros e a cópia feita à mão era difícil, a maioria dos novos cristãos nunca tinha uma cópia dos ensinamentos de Jesus. Conheciam sua vida e seus ensinamentos pela transmissão oral.

Essa era a realidade tanto para os judeus como para os gentios. O evangelho de Marcos tem características que indicam que pode ter sido um relato de vida e dos ensinamentos de Jesus usado para ensinar os novos convertidos. Marcos tem divisões naturais que sugerem ter sido ensinado em seções. A linguagem é vivida e a história se desenvolve rapidamente.

Marcos não inclui os ensinamentos mais complicados que aparecem em Mateus e Lucas. Marcos se associou a Pedro, uma testemunha ocular da vida de Jesus. Eusébio cita Papias, o Bispo de Hierápolis (140 d.C.), escrevendo: Isto também o presbítero costumava dizer: Marcos, tendo se tornado interprete de Pedro, escreveu lucidamente apesar de não o fazer em ordem, tudo o que se lembrava dos ensinamentos e ações de Jesus. Papias continua afirmando que Marcos não era nem ouvinte nem seguidor de Jesus. Portanto, sua narrativa estaria na

dependência de uma testemunha ocular. Muitos eruditos demonstram que Marcos contém a doutrina petrina de Cristo.

É possível que João Marcos tivesse anotações sobre os ensinamentos de Jesus, extraídos dos sermões de Pedro. Assim, Paulo dependia muito de Marcos, a fim de conseguir relatos básicos da vida e ensinamentos de Jesus. Esses ensinamentos provavelmente Paulo os transmitiu às igrejas que fundara no mundo gentílico. Um documento escrito por Marcos sobre a vida e os ensinamentos de Jesus pode ter sido como Irineu, no ano de 180 d.C. escreveu: “E depois da morte (talvez partida) destes (Pedro e Paulo), Marcos, o discípulo interprete de Pedro, também nos entregou notas escritas sobre as coisas pregadas por Pedro.” Clemente, de Alexandria (no ano 200 d.C.), afirmou que Marcos deixou um evangelho escrito com a igreja de Roma, a data, dificilmente pode ser mais tarde do que 70 d.C., antes, porém de Mateus e Lucas.

O Evangelho de Lucas

No seu prefácio, Lucas, o autor do terceiro evangelho, nos dá sua metodologia, isto é, como escreveu o evangelho (Cf. Lc 1.1-4). Lucas, sendo companheiro de Paulo, possivelmente teve acesso às notas e informações de Marcos sobre a vida e os ensinamentos de Jesus. Talvez Marcos fosse um dos “ministros da palavra” a quem Lucas fez referência em seu evangelho. Lucas acrescentou ensinamentos adicionais àqueles que recebera das testemunhas oculares. Tem-se a impressão que seu evangelho fora escrito com luzes de várias fontes, para proporcionar uma narrativa completa sobre a vida e ensinamentos de Cristo para o mundo dos gentios cujo conhecimento do Antigo Testamento era precário.

O Evangelho de João

O evangelho de João é singular. Enfatiza a natureza divina de Jesus. Devido as diferenças entre João e os sinóticos tem sido discutida sua veracidade. A teoria que afirma que o quarto evangelho era produto de um presbítero, e não João, o apóstolo, não pode dar-se por confirmada. Todo o testemunho da Patrística, desde Irineu é

preponderantemente à favor da autoria Joanina, Clemente da Alexandria (190 d.C.), Orígenes (220 d.C.), Hipólito (225 d.C.) Tertuliano (200 d.C.) e o fragmento Muratoriano (170 d.C.) concordam em atribuir o quarto evangelho, à João, filho de Zebedeu. A data do quarto evangelho é uma questão muito controvertida. A melhor solução parece ter sido que João tenha escrito da Ásia Menor, possivelmente Éfeso, pelos fins do primeiro século, quando a igreja tinha atingido certa medida de maturidade, e que havia necessidade de avançar o ensino do que dizia respeito à natureza da fé.

O Livro de Atos

O livro de Atos não é, em si uma unidade separada, pois é obviamente apontada como uma continuação de Lucas, cuja autoria não é muito contestada. Lucas e Atos são 2 (dois) volumes de uma mesma obra, que demonstra a Pessoa e a obra de Cristo, bem como a expansão da Igreja. O livro de Atos e historia e sua natureza, e é um elo de ligação entre os evangelhos e os apóstolos.

- **As Cartas Paulinas.**

Treze cartas são atribuídas a Paulo:

1ª e 2ª Tessalonicenses

Foram escritas por Paulo nos anos 50 a 53 d.C., escreveu de Corinto para encorajar a fé daqueles cristãos e esclarecer a respeito da 2ª vinda de Cristo.

1ª e 2ª Coríntios

Durante sua terceira viagem missionária Paulo passou três anos na cidade de Éfeso (53 a 56 d.C.). Enquanto lá esteve, escreveu quatro cartas aos coríntios. Menciona uma carta mais antiga (Cf. 1ª Co 5.9). A segunda foi a junção de duas cartas (2ª Co 6.4 e 7.1). Partes da primeira carta não foram bem recebidas. Paulo escreveu outra epistola para defender-se. Alguns eruditos consideram 2ª Coríntios 10-13, como constituindo parte de outra carta, em que Paulo se

defende contra elementos de dentro ou de fora da Igreja que procurava desprestigiar o seu apostolado.

Gálatas

Paulo escreveu sua epístola às pessoas residentes na região, conhecida como Galácia. O uso que Paulo faz do vocábulo Galácia tem provocado debates que afetam a data da epístola. O sentido original pode aludir exclusivamente ao território ao norte das cidades de Antioquia da Psídia, Icônio e Listra, mas pode incluir aquelas cidades, pois os Romanos haviam acrescentado alguns distritos sulistas, quando transformaram a Galácia (do norte) em província Romana. Segundo a teoria da Galácia do norte, Paulo teria endereçado esta epístola a cristãos que viviam na Galácia do Norte, aos quais ele não visitou senão já em sua segunda viagem missionária. Conforme esta opinião, a epístola aos Gálatas não poderia ser escrita senão somente após a segunda viagem missionária e, por conseguinte após o concílio de Jerusalém (Cap. 15 de Atos). O argumento forte em favor da teoria da Galácia do Norte, com sua data posterior, talvez seja a descrição original do termo “Galácia” ao território mais do norte e a similaridade das declarações de Paulo concernentes a justificação pela fé com aquilo que ele diz na epístola dos romanos, a qual por certo ele escreveu mais tarde. Contra a teoria da Galácia ao norte, temos o fato que Lucas em parte alguma no livro de Atos, sugere que Paulo tenha evangelizado a Galácia do norte. É duvidoso que Paulo tenha visitado aquele território por ocasião de sua segunda viagem missionária, pois a região “Frígio-Galata referida em At 16:6, mais, naturalmente se refere ao território ao Sul. A travessia da Galácia do Norte teria requerido um desvio proibitivamente grande para o nordeste. E noutros trechos de suas epístolas Paulo lança mão coerentemente de termos geográficos em um sentido imperial, o que indicaria a Galácia do Sul como lugar para onde ele enviou sua epístola aos Gálatas. Em consonância com a teoria da Galácia do Sul, Paulo teria enviado a sua primeira epístola às igrejas do sul da Galácia, imediatamente após sua primeira viagem missionária, mas antes do concílio de Jerusalém.

Assim sendo, a visita que ele fez a Jerusalém descrita no segundo capítulo da Epistola aos Gálatas, não pôde aludir ao concílio de Jerusalém, mas a visita que ele fez para levar ofertas, viveres, para aliviar a fome, a qual é mencionada em At 11.27-30. O mais decisivo argumento em favor da Galácia do Sul com sua data mais recuada e aquela que diz que se Paulo houvesse escrito esta epistola depois do concílio de Jerusalém, certamente ter-se-ia valido da decisão daquele concílio contra os judaizantes.

Teoria norte da Galácia	Teoria sul da Galácia
1ª Viagem missionária de Paulo, 46-48 d.C.	1ª viagem missionária, 46-48 d.C.
Concílio de Jerusalém, 49 d.C.	A escrita aos Gálatas, 48-49 d.C.
2ª Viagem missionária, 50-52 d.C.	Concílio de Jerusalém, 49 d.C.
A escrita aos Gálatas, após 52 d.C.	2ª Viagem missionária, 50-52 d.C.

Romanos

É um dos documentos mais importantes do Novo Testamento, foi enviada de Corinto no ano 57 d.C. segundo o ponto de vista tradicional, ou de Filipos, mesmo antes de embarcar para Troade, pois Paulo declara nos seus capítulos finais que concluía sua pregação no Ilírico (Rm 15.19); que tinha em seu poder os donativos que as igrejas da Macedônia e da Acaia tinham contribuído para os pobres de Jerusalém (Rm 15.26), e que estava em vésperas de embarcar para Jerusalém para entregá-los (Rm 15.25). O ponto de vista tradicional que Paulo escreveu estando em Corinto se apóia no fato que Gaio, na ocasião hospedeiro de Paulo era de Corinto (Cf. Rm 16.23 e 1º Co 1.14) e na menção de Erasto que era o tesoureiro da cidade (Cf. Rm 16.23). Outra confirmação que Paulo escreveu de Corinto nos vêm das suas recomendações acerca de Febe, a qual pertencia a igreja de Cencreia, perto de Corinto, que foi portadora da epistola, tendo-a levado de Corinto até Roma (Cf. Rm 16.1-2). O grande tema de Romanos é a justificação pela graça mediante a fé em Jesus Cristo.

- **As Epistolas Prisão**

Paulo escreveu 4 (quatro) cartas como prisioneiro:

- Aos Filipenses,
- Aos Colossenses,
- Aos Efésios e
- A Filemon.

Existem 2 (dois) períodos conhecidos de aprisionamento de Paulo, um em Cesárea, durante o período do governo de Felix e Festo (vide Atos 23.26), e outro em Roma enquanto Paulo esperava ser julgado perante Cezar (vide Atos 28), com apoio de escassa tradição da igreja antiga. Alguns eruditos têm conjecturado um outro período de prisão em Éfeso, durante o prolongado ministério de Paulo ali. Paulo menciona freqüentes aprisionamentos em 2^o Co 11.23, mas provavelmente ele aludia a encarceramentos de 1 (uma) noite ou pouco mais, como ocorreu em Filipos (Cf. At 16.19-40). A posição tradicional atribui todas as epistolas da prisão ao período de aprisionamento em Roma, mas a possibilidade que isto tenha ocorrido em Éfeso ou Cesárea, não pode ser eliminada, no caso de cada uma das epistolas da prisão.

Filipenses

Aparentemente a igreja de Filipos era favorita de Paulo. Ela recebia apoio financeiro regular da parte dela (Cf. Fp 4.15 e 2^a Co 11.8). A epistola aos Filipenses é a mais pessoal das epistolas que Paulo escreveu a uma igreja local. Ela ecoa uma nota de agradecimento pelo mais recente respaldo financeiro que os Filipenses tinham enviado a Paulo (Cf. Fp 4.10, 14) que fora enviado por Epafrodito (Cf. Fp 2.27). Epafrodito ficou doente e por isso Paulo o enviou de volta a Filipos, sendo ele mesmo portador da epistola (Cf. Fp 2.25-30). Do ponto de vista tradicional, do aprisionamento em Roma, Paulo escreveu aos Filipenses em 62 d.C.

Em apoio a Roma como lugar da escrita da epistola, temos as expressões “guarda pretoriana” (Fp 1.13) e a Casa de César (Fp 4.22). Ainda segundo Filipenses 1.19, a vida de Paulo correu perigo durante

o julgamento. Por conseguinte tal julgamento ocorreu na presença de Cezar em Roma, porquanto em qualquer outro lugar Paulo poderia ter apelado para Cezar como era seu direito como cidadão romano. A antiga tradição constante no prólogo Marcionita, por igual maneira, atribuiu esta epistola a Roma, com local onde ela foi escrita. Por todas as razões, e devido às debilidades dos argumentos em contrário, o ponto de vista, que diz que Paulo escreveu de Roma a epistola aos Filipenses, continua sendo o melhor.

Colossenses

A cidade de Colossos distava cerca de 160 km de Éfeso. A maneira como Paulo diz que ouvira a respeito de fé de seus leitores (Cl 1.4), e a inclusão destes leitores entre os quais nunca o tinham visto face a face, sugere que Paulo nem fundara e sequer visitara a igreja de Colossos. E visto que os crentes Colossenses tinham aprendido sobre a graça de Deus através de Epafras (Cl 1.6-7), este último deve ter sido o fundador daquela igreja. Não obstante Epafras estava em companhia de Paulo quando este escreveu esta epistola (Cl 4.12-13). Podemos concluir disso que: Epafras se convertera no ministério de Paulo em Éfeso e pôe-se a evangelizar a região circunvizinha de Colossos, Laodicéia, a Hierápolis e que depois visitara Paulo na prisão, a fim de solicitar seus conselhos sobre uma perigosa heresia que ameaçava a igreja de Colossos. Essa heresia chamada heresia Colossense, tinha o seguinte conteúdo: 1. Detratava a pessoa de Cristo, razão pela qual o apóstolo frisa sua proeminência (Cl 1.15-19) exaltava um intelectualismo que falava de mistérios, conhecimento e sabedoria. 2. Dava ênfase a filosofia humana, isto é a especulações vazias à parte da salvação divina (Cl 2.8), 3. Continha elementos do judaísmo, como a circuncisão (Cl 2.11 e 3.11), as tradições rabínicas (Cl 2.8), regulamento sobre elementos e a observância da sábado e festividades religiosas (Cl 2.8), 4. Incluía a adoração a anjos, como intermediários a fim de que Deus altíssimo (puro Espírito) fosse incontaminado do contato com do universo físico (Cl 2.8). A heresia Colossense, por conseguinte, era uma mescla do legalismo judaico, das especulações filosóficas dos gregos e do misticismo oriental.

Filemon

A epístola foi um apelo em favor de um escravo fugitivo, Filemon, residente em colossos era um convertido do ministério de Paulo (Fm 19). Uma congregação costumava se reunir na casa de Filemon (Fm 2). Um escravo, de nome Onésimo, fugira levando consigo algum dinheiro. Refugiou-se em Roma e de algum modo, entrou em contato com Paulo, quando então se converteu. Agora na qualidade de cristão ele deveria retornar a companhia de seu senhor e viver a altura do significado de seu nome próprio, Onésimo que significa útil. (Fm 10-11). Paulo escreveu a fim de persuadir Filemon a aceitar Onésimo sem puni-lo (tirar-lhe a vida – tratamento usual conferido a escravos que fugissem), mas também acolher Onésimo como irmão caríssimo no Senhor (Fm 16). O Vs. 21 – *“Façais mais do que estou pedindo...”* pode sugerir carta de alforria a fim de Onésimo ocupasse o trabalho missionário. Paulo também se comprometeu a pagar a Filemon pela perda financeira causada pelo furto praticado por Onésimo. Entretanto, a menção imediata da dívida espiritual maior ainda de Filemon a apóstolo. Convida aquele a cancelar a dívida que Paulo acabara de assumir (Fm 18-20).

Efésios

A epístola aos Efésios não foi escrita em resposta a alguma circunstância específica ou controvérsia. Conforme se verificou no caso da maioria das epístolas paulinas, a epístola aos Efésios ressalta a igreja como o corpo de Cristo, bem como expressa louvor por causa da unidade e das bem aventuranças usufruídas por todos os crentes em Cristo. Efésios 6.21-22, menciona Tíquico como alguém que haveria de acrescentar pormenores a respeito das circunstâncias de Paulo, daí subentende-se que ele era o portador da epístola.

Paulo disse ter escrito as epístolas aos Efésios e aos Colossenses aproximadamente no mesmo tempo, porque os temas das duas epístolas é similar: “Cristo, o cabeça da igreja, que é o seu corpo”, e porque os versículos concernentes à Tíquico se repetem em forma

idêntica em Cl 4.7-8, a epistola aos Efésios foi escrita durante o período do aprisionamento de Paulo em Roma.

- **As epistolas pastorais de Paulo.**

1ª e 2ª Timóteo e Tito compreendem as chamadas epistolas pastorais, assim denominadas, porque escritas a jovens pastores. Eruditos da alta crítica lançam dúvidas sobre a autoria Paulina. Um autor pseudônimo teria lançado mão da autoridade de Paulo a fim de combater o gnosticismo incipiente no segundo século. Em apoio a autoria Paulina há a declaração constante no primeiro versículo de cada epistola pastoral, que Paulo foi o seu autor. D'outra forma nenhum admirador de Paulo teria dito acerca de Paulo, como sendo "o principal dentre os pecadores" (Cf. 1ª Tm 1.15).

Quando e onde Paulo escreveu?

Possivelmente Paulo foi declarado inocente em seu primeiro aprisionamento em Roma e gozou de um certo período de liberdade, para depois ser preso novamente. Paulo então escreveu 1ª Timóteo e Tito entre estes dois períodos de aprisionamento, ao passo que 2ª Timóteo foi escrito durante seu segundo aprisionamento, pouco antes do seu martírio.

- **As epistolas Gerais.**

São elas: Hebreus, Tiago, 1ª e 2ª Pedro, 1ª, 2ª, 3ª João e Judas.

Hebreus

A epistola das coisas melhores. Questões a serem levantadas:

1. Quais os candidatos mais prováveis quanto à autoria da epistola?
2. A quem foi escrita a carta aos Hebreus, onde viviam eles e quais eram suas condições espirituais?

Autoria: A tradição da igreja primitiva manifesta tons incertos quanto à autoria do livro anônimo dirigido aos Hebreus. Em data bastante recuada (cerca de 95 a.C.), a epistola aos Hebreus era conhecida e

usada como nos informa a epistola de 1ª Clemente. Na porção oriental do império romano, Paulo era usualmente reputado como seu autor. A teologia de Hebreus contém semelhanças com a teologia Paulina, quando se coteja a pré-existência e a posição de Cristo como criador, em Hb 1.1-4 e Cl 1.15-17; a humilhação de Cristo, em Hb 2.14-17 e Fl 2.5-8, a nova aliança em Hb 8.6 e 2ª Co 3.4-11; e a distribuição dos dons do Espírito Santo, em Hb 2.4 e 1ª Co 12.11. Já o segmento ocidental duvidava da autoria Paulina, tendo mesmo chegado a excluir Hebreus do cânon, pelo menos a princípio, por causa de dúvidas quanto à autoria da mesma. Este fato mostra que a igreja primitiva não aceitava crédulamente a qualquer obra no cânon neotestamentário sem exame das credenciais comprobatórias no tocante à autoria, natureza fidedigna e a pureza doutrinária.

Razões para rejeição de autoria Paulina: Nenhuma das epistolas reconhecidamente atribuídas à Paulo é anônima como a epistola de Hebreus:

- a. O polido estilo grego de Hebreus difere radicalmente do estilo rude do apóstolo Paulo e,
- b. Paulo apelava constantemente para a sua autoridade apostólica. O escritor de hebreus apela para a autoridade daqueles que tinham sido testemunhas oculares do ministério de Jesus Cristo (Cf. Hb 2.3).

Outros estudiosos têm sugerido Barnabé, cujo passado como levita (Cf. At 4.36), se harmoniza com interesse pelas funções sacerdotais que se manifesta em todo o livro de Hebreus, cuja associação com Paulo poderia explicar as similaridades com a teologia Paulínia. Entretanto, por ter residido em Jerusalém (At 4.36-37), provavelmente Paulo chegara a ouvir e ver Jesus. Ao passo que o autor da epistola aos Hebreus dependia de outros quanto ao testemunho ocular (Cf. Hb 2.3).

Lucas, também é mencionado como possível autor da epistola devido a semelhança de estilo em grego, culto e polido do livro de Hebreus com o de Lucas/Atos. Todavia, Lucas/Atos, se reveste de uma

perspectiva tipicamente gentílica e o livro de Hebreus manifesta-se altamente judaico.

Martinho Lutero sugeriu Apolo como autor da epístola aos Hebreus, pela familiaridade com Paulo (Cf. 1ª Co 16.12), além de ter sido mais bem instruído por Priscila e Áquila (Cf. At 18.26), o que justifica a semelhança com a teologia Paulina. A eloquência de Apolo (Cf. At 18.24 e 27,28) poderia ter produzido o estilo elevadamente literário da epístola aos Hebreus. Outrossim, seu passado formativo alexandrino se adapta ao uso exclusivo da Septuaginta na epístola em apreço, quando lê citações extraídas do Antigo Testamento, porquanto a Septuaginta foi produzida em Alexandria no Egito. Porém, a ausência de tradições antigas em favor de Apolo deixa-nos na dúvida a respeito.

Outra suposição é Silvano (ou Silas) companheiro de Paulo tenha sido o autor de Hebreus. Também pode explicar suas similaridades com a teologia paulina, mas não muito mais que isso pode ser dito em favor ou contra a autoria de Silvano. A mesma coisa pode ser dita acerca da sugestão de que Filipe escreveu a epístola aos Hebreus.

Harnack indica Priscila, devido a íntimas associações entre ela e Paulo. Argumentou que ela escrevera no anonimato, porque a autoria de uma mulher não era aceitável em público.

Clemente de Roma é outra opção devido às semelhanças de 1º Clemente com Hebreus. Entretanto, há muitas diferenças quanto à perspectiva e é mais provável que Clemente tenha feito empréstimos da epístolas aos Hebreus.

Destinatários: Tudo aponta para o fato que o livro foi originalmente dirigido à Judeus Cristãos, a primeira vista, Judeus que viviam na Palestina. Entretanto, segundo Hb 2.3, seus leitores não tinham visto, nem ouvido a Jesus pessoalmente, durante seu ministério terreno, conforme muitos cristãos palestinos sem dúvida o tenham feito; e, em consonância com Hb 6.10, eles haviam ajudado materialmente outros cristãos, ao passo que os cristãos palestinos eram pobres e tinham recebido ajuda externa (Cf. At 11.27-30; Rm 15.26 e 2ª Co 8 e 9). Outrossim, o conhecimento que tinham do Antigo Testamento

provinha da Septuaginta, não porque freqüentassem aos cultos no templo em Jerusalém. A declaração “os da Itália vos saúdam” (Hb 13.24) soa como italianos distantes estivessem enviando saudações à sua pátria. Neste caso Roma seria o destino provável da presente epistola, dando substancia a esta posição, considera-se o fato que evidência em prol do conhecimento da epistola aos Hebreus nos chega antes de tudo de Roma (I Clemente).

Recentemente H. Montefiore propôs a autoria de Apolo que escreveu a epistola em Éfeso à igreja de Corinto, especialmente aos membros judeu-cristãos em 52-54 d.C. De acordo com essa posição “Os da Itália vos saúdam” (Hb 13.24) seriam Priscila e Áquila, os quais originalmente se tinham mudado de Roma para Corinto, mas depois acompanharam Paulo de Corinto a Éfeso. Contra esta posição, inquire-se porque não se mencionou o nome de Priscila e Áquila, mas preferiu usar uma expressão generalizadora, sobretudo diante do fato que acabara de mencionar Timóteo por nome (Hb 13.23). Onde quer que habitassem os destinatários da epistola, eles eram bem conhecidos do autor. Ele escreve em resposta à generosidade deles (Hb 6.10), em virtude das perseguições que vinham sofrendo (Hb 10.32-34 e 12.4), da imaturidade deles (Hb 5.11- 6.12) e sua esperança de visitá-los novamente (Hb 13.19, 23). Dois detalhes adicionais podem ser significativos: 1. Os leitores de epistola são exortados à saudar não somente os líderes da congregações, mas também, todos os santos (Hb 13.24); 2. Eles são repreendidos por não se reunirem com a necessária freqüência (Hb 10.25). E provável também, que fossem um grupo de cristãos judeus que se reuniam em algum domicilio, porque tinham se separado do corpo central de cristãos da localidade em que viviam, e que agora corriam o perigo de voltar ao judaísmo a fim de evitarem perseguições. Assim o propósito da epistola é o de impedir tal apostasia, trazendo-os de volta à comunhão cristã integral.

É mais provável uma data anterior a destruição do templo de Jerusalém no ano 70 d.C. A falta de alusão desse acontecimento, nesta epistola como indicação divina que o sistema de holocaustos do Antigo Testamento se tornara obsoleto, é um argumento sólido,

não que duvidas que o autor sagrado ter-se-ia valido de um argumento histórico dessa magnitude, se este acontecimento já houvesse ocorrido.

Tiago

A epistola de Tiago é a mais prática de todos os livros do Novo Testamento. É um manual de conduta cristã a qual pressupõe um alicerce firme de fé por parte de seus leitores.

Autoria: Tiago (Forma grega do apelativo hebraico Jacó), líder da primeira igreja em Jerusalém (Cf. At 15.12 ss., 21.1 e Gl 2.9, 12). Embora não fosse crente durante o ministério público do Senhor, Tiago foi testemunha do Cristo ressurreto (Cf. 1ª Co 15.7) e se encontrava entre aqueles que esperavam pela descida do Espírito Santo no dia de Pentecostes (Cf. At 1.14).

O tema da epistola de Tiago tem tons fortemente judaicos, destacando-se à saliência dada à lei, o que se harmoniza com aquilo que sabemos de Tiago, através dos livros de Atos, Gálatas e outras fontes.

A epistola de Tiago encontram dificuldades para ser admitida no cânon do Novo Testamento por diversos fatores: 1. A brevidade da epistola, sua natureza proeminentemente prática, e não doutrinária e a limitação de seu endereço cristão judeu, 2. O fato de não ter sido Tiago um dos doze apóstolos originais; 3. A incerteza da identidade de Tiago em grego, porquanto aparecem diversos homens com este nome nas paginas do novo testamento.

Destinatários: Tiago escreveu às doze tribos que se encontra na dispersão (Tg 1.1). Essa designação pode ser entendida metaforicamente como se vê em 1ª Pedro, como a igreja gentílica, espalhada por todo o império romano. Sem embargo, é mais provável que a referencia è aos cristãos judeus que viviam fora da Palestina.

Data: Josefo data o martírio de Tiago em 62 d.C., pelo que sua epistola precisa ser datada antes daquela data. Há eruditos que argumentam em prol de uma data tão recuada (45-50 d.C.) que a

epistola de Tiago poderia ser então considerada o primeiro ensino do Novo Testamento. A ausência de qualquer controvérsia em relação aos judaizantes é tomada como prova de uma data antes do surgimento da controvérsia imediatamente antes do concílio de Jerusalém que teve lugar em 49 d.C. e o tom tipicamente judaico é tido como prova implícita de que, ao ser escrita a epistola ainda não se expandira para fora da Palestina. No entanto, a limitação do endereço à cristãos judeus, e a perspectiva decisivamente judaica do próprio Tiago poderia justificar ambos os fenômenos. Assim só nos resta nos contentar com uma data indeterminada por ser um assunto muito disputado.

1ª Pedro

Os leitores originais desta epistola estavam sendo perseguidos. Portanto, ela se concentra no tema da conduta cristã apropriada face às hostilidades anticristãs, bem como no tema do dom compensador da salvação, o qual atingirá seu estágio culminante no futuro por ocasião da segunda vinda de Cristo.

Autoria: 1ª Pe 1.1 – O autor identifica-se como Pedro o apóstolo, reivindicação esta respaldada pela tradição da igreja antiga. Silvano atuou como amanuense de Pedro nesta epistola (*“por meio de Silvano vos escrevo...”* 1ª Pe 5.12), que pode ter sido Silas, companheiro de Paulo em sua segunda viagem missionária. Neste caso, Silvano seria talvez outra forma latina de Silas.

Lugar: Pedro escreveu da Babilônia (Cf. 1ª Pe 5.13), provavelmente não a cidade deste nome na Mesopotâmia, mas Roma. A Babilônia da Mesopotâmia estava quase deserta de habitantes nos primórdios da era Cristã. “Babilônia” ocorre como nome simbólico para Roma em Ap 17.4-6,9,18, porquanto Roma era a cidade dominante no período do Novo Testamento. Roma foi chamada de Babilônia por ser a capital mundial da idolatria, posição esta em tempos remotos ocupada pela cidade da Mesopotâmia. D’outra sorte ainda, a tradição desconhece a existência de qualquer igreja em Babilônia da

Mesopotâmia e nada sabe de alguma visita ali feita pelo apóstolo Pedro. Todavia, a tradição indica que Pedro morreu em Roma. Outro fato é que João Marcos estava em Roma por ocasião da prisão de Paulo (Cf. Cl 4.10), presença que faz conexão com a de Pedro ao ser escrita a primeira epístola de Pedro (Cf. 1ª Pe 5.13). Finalmente, a ordem em que as províncias são citadas (Cf. 1ª Pe 1.1) sugere que o portador de 1ª epístola partira de Roma no ocidente, fizera um circuito por certas províncias da Ásia menor com a epístola, e retornou para Roma voltando para o Oeste.

Destinatários: As frases “Eleitos que são forasteiro da dispersão” (Cf. 1ª Pe 1.1), “no meio dos gentios”(Cf. 1ª Pe 2.12) e “gentios”(Como um terceiro grupo, Cf. 1ª Pe 4.3), a primeira visita parece implicar em que os destinatários originais da epístola eram cristãos judeus. Porém, as alusões do seu pecado de idolatria, anterior a sua conversão (Cf. 1ª Pe 4.3), não apóia estas interpretações. Os judeus do Novo Testamento não praticavam a idolatria e as expressões: “paixões que tínheis anteriormente na vossa ignorância” e “vosso fútil procedimento” (Cf. 1ª Pe 1.14,18 comparar com Ef 4.17, onde uma fraseologia similar é aplicada aos gentios, indicam que os leitores originais da epístola eram gentios. Esta conclusão pode ser confirmada por 1ª Pe 2.10, onde os gentios são caracterizados como “povo de Deus, relacionando-os com o pacto que Deus fizera com Israel. Tal como Pedro utiliza-se do termo Babilônia para representar a cidade de Roma, também usa o vocábulo “gentios” para caracterizar os não cristãos e “forasteiros da dispersão” para indicar os cristãos espalhados por todo o mundo.

Data: O tema de perseguição aos cristãos sugere que Pedro escreveu a Epístola por volta de 63 d.C., pouco antes do seu martírio em Roma, por ordem de Nero, que sucedeu no ano 64 d.C.

2ª Pedro

A 2ª epístola de Pedro visava defender a ortodoxia. Mestres heréticos com doutrinas falsas e moralidade frouxa começavam a lançar sérias investidas contra a igreja penetrando nela. A 2ª epístola é mesmo polêmica contra os tais e particularmente contra o ensino

deles, no qual negavam a realidade da volta de Jesus. Pedro assevera o verdadeiro conhecimento da fé cristã a fim de fazer frente àquela doutrinação herética.

Autoria: Entre os eruditos modernos há uma dúvida generalizada de que o apóstolo Pedro foi o autor desta epístola. A igreja primitiva demonstrou alguma vacilação em aceitá-lo no cânon do Novo Testamento, talvez por causa da brevidade da carta e quiçá, por uma limitada distribuição da mesma, que assim ficou relativamente desconhecida. Fatos que demonstram a autoria e a canonicidade da carta: 1) Dois livros apócrifos do Novo Testamento, a saber: o evangelho da verdade e o apócrifo do João, contêm prováveis citações ou alusões extraídas da segunda epístola de Pedro, comprovando-se desse modo que desde os primórdios que 2ª Pedro, era aceita como obra autorizada, já no segundo século da era cristã; 2) O antiquíssimo (século III d.C.), papiro Bodmer designado paz, mostra que 2ª Pedro era o livro aceito como canônico, pois naquele manuscrito 2ª Pedro compartilha, com 1ª Pedro e com Judas, uma bênção invocada sobre os leitores destes livros sagrados. Chega a receber um apoio elaborado que as duas outras epístolas citadas; 3. O estilo de 2ª Pedro é diferente de 1ª Pedro, mas o trabalho de dois amanuenses diversos pode explicar isso. 4. Destacadas similaridades na fraseologia, entre 2ª Pedro e 1ª Pedro e os sermões de Pedro, no livro de Atos, apontam para uma origem comum: o apóstolo Pedro.

Objecções e autoria de Pedro: 1) Que 2ª Pedro fez alguns empréstimos da epístola de Judas, mormente na descrição acerca dos falsos mestres e que um homem da estatura de Pedro não teria buscado subsídios de um escritor comparativamente insignificante como foi Judas. O argumento é puramente humano e carnal. Outrossim, certo número de estudiosos tem argumentado um abalizado em fatos, que Judas escreveu sua epístola mais tarde, e que foi ele que se escudou na segunda epístola de Pedro; 2) Outra objeção à autoria de Pedro, é a referência que ele faz (Cf. 2ª Pe 3.15) às epístolas de Paulo, dando à entender que todas elas já haviam sido escritas, coligadas e publicadas; e que só poderia ter sucedido depois do martírio de Pedro e Paulo, porquanto, Paulo continuou

escrevendo até o fim da sua vida terrena. Porém, a alusão às epístolas paulinas, implica somente na existência das epístolas escritas por Paulo, até o tempo em que Pedro escreveu a segunda epístola. O conhecimento que Pedro teve delas provavelmente se deve às suas viagens, à circulação das epístolas de Paulo e a Silvano (ou Silas) que foi tanto companheiro de Paulo, quanto amanuense de Pedro (Cf. 1ª Pe 5.12).

Concluindo à respeito das dúvidas modernas, podemos acatar o veredicto final da igreja primitiva, que afiança que pouco depois do apóstolo Pedro ter escrito sua primeira epístola, e pouco antes de seu martírio, que teve lugar em 64 d.C., ele escreveu esta segunda epístola.

1ª João

Escrita nos fins do primeiro século da era cristã pelo apóstolo João. “... e isto que vos acabo de escrever...” (1ª Jo 2.1,26) demonstram que originalmente, 1ª João não fora um sermão oral mas uma composição escrita. Talvez fosse um panfleto para uso da igreja inteira. Entretanto, o termo “filhinhos” com se dirige à seus leitores, subentende um círculo limitado de cristãos com os quais João estava vinculado. De acordo com uma tradição da igreja antiga, João viveu em Éfeso os últimos anos de sua vida. Por conseguinte 1ª João foi escrito em estilo homilético para cristãos que ele conhecera na Ásia menor, na área que circuncidava Éfeso. O propósito de 1ª João foi fortalecer a seus leitores no conhecimento, na alegria e na certeza da vida cristã (Cf. 1ª Jo 1.3,4 e 5.13), em contraposição a uma heresia gnóstica que se desenvolvia no seio do cristianismo ao tempo que João escreveu. A heresia distinguiu entre um Cristo espírito divino e imaterial e um Jesus humano, dotado de corpo físico. Asseverava que o Cristo espírito descera sobre Jesus humano por ocasião do seu batismo tendo-O abandonado por ocasião de sua crucificação. Esta heresia negava a encarnação do verbo (Cf. 1ª Jo 4.2) A fim de combater esta heresia João estabelecia 3 (três) critérios pelos quais se determinavam a genuína fé cristã: 1) Vida reta, 2) Amor fraternal,

3) Fé em Jesus como o Cristo que veio em carne. Da mesma forma que a fé em Jesus como o Cristo que veio em carne visa o gnosticismo, assim também o critério de vida reta tem por alvo a lassidão moral dos gnósticos e o critério do amor fraternal alveja o exclusivismo ativo do gnosticismo.

2ª João

A 2ª carta de João é dominada pelos temas do amor fraternal e a unidade cristã. Seu propósito é advertir acerca da hospitalidade à qualquer falso mestre (Cf. 1ª Jo 10).

Destino: “A senhora eleita e aos seus filhos...” (vs.1) Pode se referir a uma irmã amiga de João e seus filhos (Sentido literal) ou a uma igreja local e seus membros (sentido figurado).

Localização do endereçamento é desconhecida, assim com a data específica, sendo certo, porém que foi escrita entre os anos 85 e 100 d.C.

3ª João

O enfoque de 3ª João é uma disputa Eclesiástica. O lugar de residência dos destinatários é desconhecido. O propósito da carta foi elogiar a hospitalidade de Gaio (Provavelmente com mestres itinerantes enviados por João) e expor um presbítero autoritário (Diótefres) pela sua falta de hospitalidade e sua oposição à autoridade apostólica de João, bem como ainda elogiar Demétrio provável portador da epistola. Demétrio precisava de recomendação, porque estava de mudança da igreja de Éfeso, com a qual o apóstolo era associado, para a igreja onde Gaio era membro, ou então Demétrio era um dos pregadores itinerantes à quem Diótefres costumava recusar hospitalidade. A data não é conhecida.

Judas

Da mesma forma que 2ª Pedro, a epístola de Judas polemiza com falsos mestres que haviam se intrometido na igreja.

Autoria: O autor se identifica como Judas “irmão de Tiago”, não apóstolo, mas Tiago irmão de Jesus e presbítero em Jerusalém. Tiago apóstolo, foi martirizado pelo rei Herodes Agripa I, no começo do movimento cristão (Cf. At 12.1-2).

Local, data e destino: A epístola não oferece qualquer indicação clara quanto ao local e data em que foi escrita. Se Judas trabalhava junto das igrejas judaicas da Palestina é muito provável que a epístola tivesse sido enviada à estas últimas no período imediato que precedeu à queda de Jerusalém. Pode-se aventar que aquilo que Pedro predissera para o setor da igreja ao qual escrevia já se começara a realizar na igreja pela qual Judas era responsável. Se a epístola de Pedro já tinha acabado de circular, a de Judas pode ser datada em aproximadamente 67 ou 68 d.C. Se, por outro lado, o apelo de Judas a memória do povo (vs.17), significa que o texto já circulava há muito tempo. A conclusão é óbvia o que Judas pode ter expedido numa data tão tardia como 80 d.C. Jerusalém então não poderia ser a destinatária nesta última data.

Propósito: O propósito original era escrever um tratado com respeito à “salvação comum”, mas a infiltração de falsos mestres na igreja o compeliu a mudar a natureza de sua epístola para uma obra apologética, exortando os cristãos a batalharem pela fé que uma vez por todas foi entregue aos santos (Cf. Jd 3).

Referências a obras pseudoepígrafas: Nos versículos 14 e 15 Judas cita o livro Apocalíptico de 1ª Enoque (“... profetizou Enoque... Eis que veio o Senhor entre suas santas miríades”, trecho extraído de 1ª Enoque 1.9). Na alusão à disputa havida entre Miguel e Satanás (vs. 9), ele parece referir-se ao pseudoepígrafo, “Assunção de Moisés”. Embora o texto completo de “Assunção de Moisés” não tenha sobrevivido até nós e os fragmentos existentes contenham tal relato, parece provável que Judas tenha citado tal fonte.

Apocalipse

O único livro de conteúdo essencialmente profético do Novo Testamento. O livro de Apocalipse (“desvendamento”) contém profecias mais extensas sobre o futuro do que qualquer outro livro do Novo Testamento. Essas profecias projetam luz sobre o triunfo escatológico de Cristo e sua igreja sobre as forças do mal.

Autoria e canonicidade: O Apocalipse é reconhecido e atestado como obra canônica e apostólica desde o mais antigo período pós-testamentário da história da igreja, a começar pelo pastor Hermas, no início do segundo século d.C., até Orígenes, na primeira metade do século III d.C., não obstante a controvérsia sobre o Apocalipse chegar até o fim do século IV, embora tenha sido um dos primeiros livros a ser reconhecido entre os escritos dos primeiros pais da igreja. Havia sido aceitos pelos autores do Didaquê, do Pastor Papias, por Irineu e bem como o Cânon Muratório (Um documento mutilado, de origem latina, foi descoberto numa biblioteca de Milão e continha uma lista de livros do Novo Testamento, provavelmente listados em oposição do Cânon do herege Marcião).

Todavia quando os montanistas agregaram seus ensinamentos heréticos ao livro Apocalipse, no século III, a aceitação acabou se tornando mais difícil e demorada. Dionísio, o bispo de Alexandria levantou sua voz contra o Apocalipse, alegando diferenças entre o Apocalipse e o evangelho e as epístolas de João, diferenças estas que excluíam uma autoria comum. Mas a influência de Dionísio se desvaneceu quando Atanásio, Jerônimo e Agostinho levantaram suas vozes em defesa do Apocalipse, sua autoria e canonicidade.

Data e lugar: João escreveu na ilha de Patmos, durante o reinado do imperador Domiciano, mais provavelmente no ano 96 d.C. A respeito de Domiciano não ter perseguido aos cristãos em larga escala, sua

tentativa de por em vigor a adoração do imperador foi o presságio de violentas perseguições que se seguiram.

E) Estímulos a produção do Cânon do Novo Testamento.

Várias forças contribuíram para que a cristandade primitiva providenciasse um cânon oficial no Novo Testamento.

Necessidade eclesiástica

A igreja primitiva tinha necessidades internas e externas que pleiteavam a existência de um cânon reconhecido oficialmente. Internamente precisava-se saber que livros deveriam ser lidos nas igrejas, de acordo com a prática apostólica prescrita (Cf. 1ª Ts 5.27). Do lado de fora da igreja estava à necessidade de saber quais livros deveriam ser traduzidos para línguas estrangeiras das pessoas convertidas. Sem uma lista dos livros reconhecidos e aprovados seria difícil para a igreja a execução dessa tarefa. A combinação destas necessidades exerce pressão sobre os primeiros pais da igreja para que produzissem uma lista oficial de livros canônicos.

Estímulo teológico.

Havia uma necessidade de cada vez maior de definir os limites do legado doutrinário apostólico. Quais livros deveriam ser utilizados para ensinar a doutrina com autoridade divina, face a multiplicidade de livros heréticos que reivindicavam autoridade divina? Quando o herege Marcião publicou uma lista muito abreviada dos livros canônicos (140 d.C.), abarcando apenas o evangelho de Lucas (Uma revisão com numerosas omissões) e dez cartas de Paulo (com omissão de 1ª e 2ª Timóteo e Tito), tornou-se premente uma lista completa dos livros canônicos. Cerca de 150 d.C., a igreja não tinha o seu cânon formalmente expresso, contudo, referências prévias mostravam que a maioria dos livros do Novo Testamento estava praticamente em uso na Síria, na Ásia Menor e em Roma. Já na metade do segundo século, a força do cristianismo se havia transferido para Roma, a cidade imperial. Os ensinamentos heréticos de

Marcião, seu cânon e a popularidade dos seus ensinamentos, tornaram a igreja a reconhecer formalmente um cânon.

Estímulo político.

As perseguições de Diocleciano (302-305 d.C.) representaram um forte motivo para a igreja definir de vez a lista dos livros canônicos. De acordo com o historiador cristão Eusébio, houve edito imperial da parte de Diocleciano, em 303 d.C. ordenando que as escrituras fossem destruídas pelo fogo. Interessante destacar que 25 anos antes, o imperador Constantino se “converteu” e deu ordem a Eusébio para que se preparassem e se distribuíssem cinquenta exemplares da Bíblia. A perseguição motivou um exame sério da questão dos livros canônicos que deveriam ser preservados. O pedido de Constantino também tornou necessária a criação da lista dos livros canônicos.

F) A compilação e o reconhecimento progressivo dos livros canônicos.

Há evidências fortes a mostrar que os primeiros cristãos coligiram e preservaram os livros inspirados do Novo Testamento. Tais livros sem dúvida alguma foram copiados e circularam entre as igrejas primitivas. No entanto, em vista de não existir uma lista oficial divulgada, o reconhecimento universal levou vários séculos para ocorrer, até que as pressões ocasionaram a necessidade de tal lista.

O Novo Testamento como existe hoje, com seus 27 livros, ficou completo na última metade do primeiro século. O uso prático determinou quais livros seriam inclusos na coleção muito antes de seu reconhecimento oficial em 397 d.C.

Antes da existência do volume sagrado, cada livro, individualmente circulou pelas comunidades cristãs, para que estes fizessem o trabalho de seleção, efetuado por meio de agentes humanos, que verificavam autoria, qualidade e estilo literário, bem como seu conteúdo intrínseco. No início, o cânon se preocupava com os livros que continham a história de Cristo, por isso os quatro evangelhos e

os Atos dos Apóstolos foram os primeiros a serem reconhecidos como sagrados, inspirados por Deus, porém a aprovação dos evangelhos e atos abriu caminho para aceitação das epístolas.

G) A seleção dos livros fidedignos.

Desde o início havia escritos falsos, não apostólicos e, portanto, não fidedignos em circulação. Por causa destes relatos fantasiosos sobre a vida de Cristo, Lucas, o companheiro de Paulo, escreveu seu evangelho. É o que se depreende do prólogo de Lucas, isto é, em seu tempo já havia alguns relatos inexatos sobre a vida de Cristo. É certo que os cristãos de Tessalônica foram advertidos quanto às falsas cartas enviadas em nome de Paulo (Cf. 2ª Ts 2.20).

O evangelho de João (Jo 20.30 e 21.25) nos informa de muitos outros sinais que Jesus fez, que não foram registrados por serem muitos numerosos. A partir dessa multiplicidade de atos de Jesus que não foram registrados pelos apóstolos, surgiram muitas credices que exigiram exame dos apóstolos, que sendo testemunhas oculares poderiam atestar quanto à veracidade dos relatos, tudo, portanto sendo sujeito ao ensino e tradução oral deles. Em suma, no seio da igreja do primeiro século havia um processo seletivo dinâmico em operação.

Toda e qualquer palavra a respeito de Cristo, fosse oral, fosse escrita era submetida ao ensino apostólico e sua autoridade. Se tal palavra ou obra não pudesse ser comprovada pelos testemunhos oculares (Cf. Lc 1.2 e At 1.21,22) era rejeitada. Os apóstolos eram pessoas que podiam afirmar: *“O que vemos e ouvimos, isso vos anunciamos”*. (Cf. 1ª Jo 1.3). Eles eram o incontestável tribunal de apelação.

A leitura dos livros autorizados.

Outro indicio que o processo da canonização no Novo Testamento teve início no primeiro século, embora sua organização tenha ocorrido mais tarde, foi a prática de leitura pública oficial dos livros apostólicos (Cf. 1ª Ts 5.27 e 1ª Tm 4.13). A leitura em público das palavras autorizadas de Deus era um costume antigo (Cf. Ex 24.7; Js 8.34; 2ª Pe 23.2 e Ne 8.8). A leitura das cartas apostólicas às igrejas é

uma continuação da longa tradição profética. Esta aceitação de um livro, o qual era autorizadamente lido nas igrejas, teria mais tarde importância crucial, para o reconhecimento de um livro como canônico.

H) A circulação e compilação dos livros.

Nos tempos do Novo Testamento havia algo parecido com uma declaração de cânon das sagradas escrituras, aprovada tacitamente circulando pelas igrejas. Inicialmente nenhuma igreja tinha todas as cartas apostólicas, mas a coleção foi crescendo à medida que se faziam cópias autenticadas pela assinatura dos apóstolos ou de seus emissários. Não há dúvidas de que as primeiras cópias das escrituras surgiram dessa prática de fazer que circulassem. À medida que as igrejas foram crescendo, a necessidade de mais cópias foi se tornando cada vez maior, pois mais e mais congregações desejavam ter sua compilação para as leituras regulares e para os estudos, ao lado das escrituras do Antigo Testamento.

Esse processo de circulação revela um início do processo de canonização, com a seleção de livros apostólicos fidedignos, até que se completou a lista dos 27 livros reconhecidos como canônicos, não obstante, o debate a respeito do cânon prosseguiu por vários séculos até que finalmente a igreja universal reconheceu a canonicidade dos 27 livros que compõem o atual Novo Testamento.

I) Testemunhos do 2º séc. sobre os livros do Novo Testamento.

Logo após a primeira geração, passada a era apostólica, todos os livros do Novo Testamento haviam sido citados por algum pai da Igreja. O primeiro livro foi escrito no início da metade do primeiro século e o último ficou pronto no fim da segunda metade do primeiro século (Ano 50 a 100 d.C. para arredondar). Pelo tempo em que a 2ª carta de Pedro foi escrita as cartas Paulinas já eram consideradas como escrituras (2ª Pe 3.15-16). As cartas de Paulo parecem ter sido as primeiras a serem colecionadas. Depois da destruição de Jerusalém, o centro do Cristianismo transferiu-se para Antioquia (da

Síria) e Éfeso. Os escritos de Paulo, como não poderia deixar de ser, foram muitos prestigiados nestas áreas. Os evangelhos sinópticos foram colecionados em data idêntica das epístolas Paulinas. A adoção da forma de códice para os livros (costura de muitas folhas de papiro juntas, como os livros atuais) pelos cristãos primitivos no segundo século tornou possível a coleção de uma quantidade maior de material dentro de um livro. As coleções dos quatro evangelhos e das cartas de Paulo já eram reconhecidas como autorizadas já no começo do segundo século.

Clemente de Roma – 96 d.C.

Parece que ele conhecia a primeira carta aos Coríntios, os ensinamentos de Cristo (Talvez um dos evangelhos) e a epístola aos hebreus; todavia, não se referiu a eles como escritura. Quando Clemente escreveu sua literatura, alguns dos apóstolos ainda estavam vivos. Os guias da Igreja eram nomeados pelos apóstolos; portanto, a igreja continuava a sentir o prolongamento da autoridade apostólica e, não necessitava com urgência de escritos autorizados.

Inácio, bispo de Antioquia – 116 d.C.

Roma e Antioquia já eram centros fortes do cristianismo no começo do segundo século. Os escritos de Inácio que era um bispo com prestígio no oriente mostra que ele conhecia as epístolas de Paulo e os evangelhos de Mateus e João. Recebeu grande influência de João, contudo, não fez qualquer referência aos livros do Novo Testamento como escritura.

Policarpo, bispo de Esmirna 69 – 155 d.C.

Ele ouviu João e tornou-se mestre de Irineu, que por sua vez disse que havia aprendido dos apóstolos os ensinamentos que continuavam a ser a tradição da igreja. Ele se referiu a Efésios 4.26 como escritura.

Papias, bispo de Hierápolis – 80 a 155 d.C.

Papias também ouviu o apóstolo João antes da morte deste. Disse ele: “não pensei que pudesse tirar tanto conteúdo dos livros quanto

em ouvir a palavra de uma voz viva e permanente.” (Eusébio, hist. Ecl. 3.39). Esta declaração explica porque os escritos não eram muito prestigiados no começo do segundo século. Papias escreveu que Marcos era o interprete de Pedro e que Marcos escreveu diligentemente tudo aquilo que se lembrava dos ensinamentos e ações de Cristo. Eusébio também declarou que Papias citava 1ª João e 1ª Pedro.

O evangelho da verdade – 140 d.C.

Este documento provavelmente foi escrito por Valentino, em Roma, contém tendências gnósticas. A obra revela que os evangelhos, o livro de Atos, as epístolas de Paulo e Hebreus eram considerados como obras autorizadas.

Justino, mártir, de Samaria e Roma – 140 d.C.

Havia estudado filosofia grega antes de se tornar cristão. Descobriu no cristianismo a única filosofia certa que supre a necessidade dos homens. Fundou uma escola em Roma para satisfazer às dúvidas dos gregos. Num documento que escreveu ao imperador, teve a habilidade de mostrar a sua majestade que as escrituras eram reconhecidas pela igreja, e não somente por ele. Referiu-se aos evangelhos como memórias dos apóstolos. Os evangelhos eram lidos em cultos públicos e as instruções eram baseadas neles. Justino pressupunha a autoridade escriturística dos evangelhos pelo uso da fórmula “está escrito”. Sua obra confirma o conhecimento de Atos, 1ª Pedro, Romanos, 1ª Coríntios, Gálatas, Efésios, Colossenses, 2ª Tessalonicenses, Hebreus e Apocalipse, em acréscimos aos evangelhos.

Marcião, de Ponto e Roma – 140 d.C.

Quem foi Marcião? Nasceu numa localidade chamada Ponto, Tertuliano escreveu o seguinte a respeito desse lugar: “Habitam ali os povos mais ferozes, suas mulheres preferem a guerra ao casamento e o clima é tão rude como o povo.

Nada, porém, é tão bárbaro e atroz, em Ponto, como o fato de Marcião haver nascido ali” conta Marcião 1.1. Era filho de um bispo e foi excomungado pelo próprio pai, por causa de suas idéias heréticas. Foi cognominado por Policarpo como sendo o primogênito de Satanás. Em Roma foi novamente excomungado por abraçar ensinamentos gnósticos.

Ensinos de Marcião.

Pregava a doutrina de dois deuses: O Deus do Antigo Testamento: Justo, Criador, o Juiz severo dos homens. Este Deus não é o Pai de Jesus, porque se alegrava com sacrifícios de sangue e com morte de pessoas. Jesus superior ao Deus justo, foi enviado à libertar os homens daquele Deus. Por crer neste dualismo, rejeitou o Antigo Testamento. Cristo não era um homem real, que ele estaria sujeito ao Deus do Antigo Testamento. O Deus do Novo Testamento, segundo Marcião, não exigia guarda da lei, mas deu ênfase ao amor e a confiança.

O cânon de Marcião.

O evangelho do cânon de Marcião era uma revisão de Lucas, com numerosas omissões. Aceitou as 10 epístolas de Paulo, mas rejeitou o livro de Atos, porque continha doutrina de Pedro e omitiu as cartas pastorais.

Taciano de Roma – 170 d.C.

A obra de Taciano – “Diatessaron” (ou harmonia dos quatro evangelhos) é aparentemente o primeiro reconhecimento dos quatro evangelhos numa história contínua. Em acréscimo aos evangelhos, revela ter conhecimento das epístolas de Paulo e do Apocalipse.

Írineu, de Lyon, Gália – 177 d.C.

Írineu nasceu provavelmente em Esmirna, província da Ásia Menor. Ele ouviu Policarpo falar sobre seu relacionamento com o apóstolo João e com várias outras “testemunhas oculares da Palavra de Vida”. Suas associações deram-lhe elementos para combinar as tradições da Ásia Menor, Roma e Gália. Não forneceu uma lista formal de eruditos

do Novo Testamento, contudo, ele usou a maioria dos livros do Novo Testamento.

Testemunhas das listas primitivas e das traduções do Cânon.

Antiga Siríaca.

Uma tradução do Novo Testamento circulou na Síria pelo fim do século IV, representando um texto que datava do século II. Incluía todos os livros do Novo Testamento exceto 2ª Pedro, 2ª e 3ª João, Judas e Apocalipse. O famoso especialista em Bíblia, B.F. Westcott, observou: “A harmonia geral entre esse cânon e o nosso é extraordinário e de grande importância; as omissões são de fácil explicação”.

Os livros omitidos foram originalmente destinados ao mundo ocidental. A igreja Siríaca ficava no oriente. A distancia e a falta de comunicação com objetivo de verificação atrasaram a aceitação definitiva desses livros no que tange à Bíblia Oriental, a qual havia sido publicada antes dessa evidência estar à disposição.

Antiga Latina.

O Novo Testamento havia sido traduzido para o latim antes do ano 200 d.C., tendo servido de Bíblia para a igreja ocidental, da mesma forma que a Siríaca tinha servido para a igreja oriental. A antiga Latina continha todos os livros do Novo Testamento com exceção de Hebreus, de Tiago e de 1ª e 2ª Pedro. Essas omissões são o reverso dos que se metam na Bíblia Siríaca. Hebreus, 1ª Pedro e provavelmente Tiago foram escritos para as igrejas do oriente e no mundo mediterrâneo. Daí, ter demorado muito tempo para que suas credenciais fossem reconhecidas no ocidente. A segunda carta de Pedro apresentou um problema especial, sua aceitação como livro canônico foi mais complexa devido a semelhança de estilo com a primeira carta do apóstolo. O que fica em relevo é que as duas primeiras Bíblias da igreja (Siríaca e antiga latina, juntas) reconhecem canonicidade de todos os vinte e sete livros do Novo Testamento.

O cânon Muratório – 170 d.C.

Além do cânon obviamente abreviado do herege Marcião (140 d.C.), a lista canônica mais antiga se encontra no fragmento Muratório. A lista de livros do Novo Testamento corresponde exatamente à antiga latina, omitindo-se apenas Hebreus, Tiago, 1ª e 2ª Pedro. Este documento mutilado, de origem latina foi descoberto numa biblioteca de Milão. Ele acrescenta na relação o Apocalipse de Pedro.

Códice Barocócio – 206 d.C.

Outro testemunho de apoio do primitivo cânon do Novo Testamento. Vêm do códice intitulado os sessenta livros. Mediante exame cuidadoso, esse sessenta livros incluía 64 dos 66 livros da Bíblia. Só faltava Ester do Antigo Testamento e Apocalipse do Novo Testamento. Entretanto a canonicidade do livro de Ester foi reconhecida pelo concílio de Jammia e do Apocalipse está bem atestada em outras passagens de outros autores, tendo o apoio de Justino Mártir, de Irineu, de Clemente de Alexandria, de Tertuliano e da lista do Cânon Muratório.

Eusébio de Cesárea – 340 d.C.

Em sua obra histórica eclesiástica, Eusébio relacionou como totalmente aceitáveis todos os 27 livros do Novo Testamento, exceto Tiago, Judas, 2ª Pedro e 2ª e 3ª João. Esses ele relacionou como questionados por alguns, sendo que ele mesmo rejeitava o apocalipse. Assim, todos menos o apocalipse havia recebido aceitação, ainda que algumas cartas gerais sofressem alguma forma de questionamento.

Atanásio de Alexandria – 373 d.C.

Quaisquer dúvidas existentes no ocidente a respeito das cartas gerais e do apocalipse foram removidas nos 50 anos que se seguiram á obra de Eusébio. Atanásio, o pai da ortodoxia, relaciona com clareza todos os 27 livros do Novo Testamento como canônicos (cartas 3, 267 e 5). Dentro de uma geração, tanto Jerônimo, como Agostinho, teriam

confirmado a mesma lista de livros, de modo que os 27 livros permaneceram no cânon aceito do Novo Testamento (Agostinho, “Da doutrina cristã”, 2,8,13).

Concílio de Hipo – 393 d.C. e de Cartago – 397 d.C.

O testemunho de apoio do cânon do Novo Testamento não se limitou as vozes individuais. Dois concílios locais ratificaram os 27 livros canônicos do Novo Testamento, os concílios de Hipo e de Cartago.

Para resumir: O processo de coligir os escritos apostólicos confiáveis iniciou-se nos tempos do Novo Testamento. No século II, houve um exame desses escritos mediante citação da autoridade divina de cada um destes 27 livros do Novo Testamento. No século III, as dúvidas e objeções a respeito dos determinados livros prosseguiram culminando nas decisões dos pais da igreja e dos concílios influentes do século IV. A partir de então, ao longo dos séculos, a igreja vem sustentando a canonicidade desses 27 livros.

J) Critérios para a canonização.

Inspiração do conteúdo do livro

Os livros escolhidos davam evidências de serem divinamente inspirados e autorizados. O Espírito Santo guiou a igreja para que ela discernisse entre a leitura religiosa genuína e a espúria.

Aceitação e uso pelas congregações

Os livros eram lidos nas congregações e seu conteúdo analisado pelo impacto que causava sobre as igrejas.

Catolicidade dos livros

Os livros deveriam ser escritos para todas as pessoas da época. Deveriam ser conhecidos universalmente, isto é, após terem sido aceitos por todas as igrejas.

Coerência e consistência doutrinária

Graças a este critério alguns livros foram deixados fora e não reconhecidos como canônicos.

Apostolicidade do escrito

Os escritos deveriam ser de fonte apostólica ou por pessoas diretamente ligadas aos apóstolos, testemunhas oculares de Jesus Cristo em sua vida e ministério terreno.

7. Os livros apócrifos do Novo Testamento

A distinção que se faz entre os apócrifos do Novo Testamento e os livros pseudepígrafos não é autorizada. Estes últimos, na maior parte, não haviam sido aceitos pelos pais primitivos e ortodoxos da igreja, nem pelas igrejas, não sendo considerados canônicos, mas os livros apócrifos gozavam de grande estima e circulavam entre as igrejas, e tiveram nas palavras de Alexandre Souter (*The text and cânon of the New Testament*, Londres, Duck Worth, p.178-81), uma canonicidade temporal e local. São livros adicionais de grande valor, pois:

- a. Revelam os ensinamentos da igreja no primeiro século;
- b. Fornecem documentação da aceitação dos 27 livros canônicos do Novo Testamento e
- c. Fornecem outras informações históricas a respeito da igreja primitiva, no que concerne à sua doutrina e liturgia. São eles:

Epistola de Pseudo Barnabé – 78-79 d.C.

Esta carta teve ampla circulação no século primeiro, foi mencionada como escritura tanto por Clemente de Alexandria, como por Orígenes. Seu estilo é semelhante ao de Hebreus, mas seu conteúdo é alegórico.

Data e autoria: Alguns têm questionado se este documento é realmente do primeiro século, atribuindo uma data mais tardia 130 d.C. Mas como disse Brooke Foss Westcott, “Antiguidade da carta

esta firmemente comprovada, mas sua confiabilidade é mais que questionável.” O autor da carta é um leigo que não reivindica autoridade divina (cap. 1) e obviamente não é o Barnabé que se nomeia entre os apóstolos do Novo Testamento (Cf. At 14.14).

Epistola de Coríntios ou 1ª Clemente – 96 d.C.

Escrita por Clemente de Roma. De acordo com Dionísio, de Corinto, essa carta de Clemente de Roma, havia sido lida publicamente em Corinto e outros lugares, também se encontra no Códice Alexandrino (a), por volta de 450 a.C. e Eusébio nos informa que essa carta havia sido lida em muitas igrejas (historia Eclesiástica, 3,16). Provavelmente o autor teria sido o Clemente mencionado em Filipenses 4.3, mas a carta não reivindica inspiração divina. O tom da carta é evangélico, mas seu espírito é sub-apostólico. Nunca houve ampla aceitação desse livro, e a igreja jamais o reconheceu como canônico.

Homilia Antiga – 120-140 d.C.

A chamada segunda epistola de Clemente havia sido erroneamente atribuída à Clemente de Roma foi conhecida e usada no segundo século. No Códice Alexandrino (a) consta no fim do Novo Testamento ao lado de 1ª Clemente e de Salmos de Salomão. Não existem evidências de que esse livro em certa época haja sido considerado canônico. Se isso aconteceu, certamente teria sido em pequena escala.

O pastor de Hermas – 115-140 d.C.

Foi o livro não canônico mais popular da igreja primitiva. Encontra-se no Códice Siriático, no sumário de Beza (D), em algumas Bíblias latinas, sendo citado por Irineu e Orígenes como livro inspirado. Eusébio relata que este livro era lido publicamente na igreja usado como instrução na fé. O pastor de Hermas é uma grande alegoria cristã e, à semelhança de “O peregrino” de John Bunyan, posteriormente ficou em segundo lugar em relação aos livros canônicos em circulação na igreja primitiva.

Como outro livro, sabedoria de Siriaque (eclesiástico) dentre os apócrifos do Antigo Testamento, o pastor de Hermas tem valor ético e devocional, mas nunca foi reconhecido pela igreja como canônico. A nota do fragmento Muratório sintetiza a classificação do pastor de Hermas na igreja primitiva: “Deve ser lido, todavia não pode ser lido na igreja para o povo nem como se estivesse entre os profetas, visto que o número destes estava completo, tampouco entre os apóstolos até o fim dos tempos”.

O Didaquê, ou ensino dos doze apóstolos – 100-120 d.C.

Essa obra também gozou de grande prestígio na igreja primitiva. Trata-se de uma coleção de preceitos de moral cristã, orientação para o batismo e a santa Ceia e instruções para ministros. Clemente de Alexandria e Orígenes consideravam-no como escrituras sagradas e Atanásio afirma ser ela usada na instrução e na catequese. No entanto, Eusébio o colocou entre os “escritos rejeitados”, como o fariam os primitivos pais mais importantes depois dele, e a igreja em geral. Todavia o livro tem grande importância histórica, como um elo entre os apóstolos e os pais primitivos, com suas muitas referências aos evangelhos, às cartas de Paulo e até ao Apocalipse.

Entretanto, jamais foi reconhecido como canônico em nenhuma das traduções oficiais e listas produzidas pela igreja primitiva.

Apocalipse de Pedro – 150 d.C.

Trata-se de um dos mais velhos dos apócrifos não canônicos do Novo Testamento, tendo circulado em larga escala na igreja primitiva. É mencionado no fragmento Muratório, no sumário de Beza (D) e por Clemente de Alexandria. Suas imagens vividas do mundo espiritual exerceram forte influência no mundo medieval, do que derivou o Inferno de Dante. Contém duas visões, uma do céu, outra do inferno. A igreja universal nunca o reconheceu como canônico.

Atos de Paulo e de Tecla – 170 d.C.

Mencionado por Orígenes e se encontra no sumário do Códice de Beza (D). Se despido de seus elementos mitológicos, trata-se da história de Tecla, senhora proveniente de Icônio, supostamente convertida no ministério de Paulo, segundo consta em Atos 14.1-7, muitos acreditam que esse livro traga uma tradição genuína, mas a maioria inclina-se a concordar com Adolf Von Harnack em que o livro contém forte dose de ficção e pouquíssima verdade. Esta obra jamais chegou perto de obter reconhecimento canônico.

Carta aos Laodicenses – (Século IV?)

É obra forjada já conhecida por Jerônimo, a qual aparece em muitas Bíblias do século VI ao XV. Assim observou J.B. Light Foot: “Essa carta é um punhado de frases paulinas costuradas entre si, sem nenhum elemento conector definido e sem objetivo claro” (Saint Paul’s epistles the Colossians and Philemon, Grand Rapids, Zondervan, 1965, pg. 285). Não apresenta peculiaridades doutrinárias. Sendo tão inócua quanto pode ser uma obra falsificada. Esses elementos combinam-se com o fato de haver um livro com o mesmo título, mencionado em Cl 4.16, resultando em tal obra a vir aparecer muito mais tarde nos círculos cristãos. Ainda que o Concílio de Nicéia II (787 d.C.) tenha advertido a igreja contra esse livro chamando-o de carta forjada, ele reaparece na época da reforma, na língua alemã e também nas Bíblias Inglesas. Apesar disso, jamais obteve reconhecimento canônico.

Evangelho segundo os Hebreus – 65-100 d.C.

Provavelmente esse é o evangelho não canônico mais antigo que exista, o qual sobreviveu apenas em fragmentos encontrados nas citações feitas por vários pais primitivos da igreja. De acordo com Jerônimo algum os chamavam de verdadeiro evangelho, mas isto é questionável tendo em vista o fato da obra apresentar pouquíssima semelhança com o Hebreus canônico. É livro em muitos aspectos de natureza, mais pseudo-epigrafa que apócrifo. Os primitivos pais da

igreja o usavam mais como fonte homilética, não tendo jamais obtido categoria de um livro bíblico canônico.

Epistola de Policarpo aos Filipenses – 108 d.C.

Policarpo, discípulo do apóstolo João e mestre de Irineu, constitui importante com os apóstolos do I século. Ele não advogou inspiração divina para a sua obra; disse apenas que ensinava coisas que havia aprendido com os apóstolos. Há pouca originalidade nessa epistola, visto que tanto o conteúdo como o estilo foram tomados por empréstimo do Novo Testamento, de modo especial a cartas aos Filipenses. Embora não canônica, a epistola de Policarpo, é fonte valiosa de informações a respeito de outros livros do Novo Testamento que ele próprio cita como canônicos.

Sete epistolas de Inácio – 110 d.C.

Essas cartas revelam familiaridade com os ensinamentos do Novo Testamento, de modo especial com as cartas de Paulo. No entanto, o estilo das cartas é mais joanino. Segundo a tradição, Inácio foi discípulo de João. Ele não reivindica para si o falar com autoridade divina... Aos Efésios, por exemplo, ele escreve: “Não dou ordens a vós, como se eu fora personagem importante [...] Falo-vos como co-discípulo que sou de vós.” (Cap. 3). Sem dúvida as cartas são autênticas, não, porém apostólicas, e por isso não canônicas. Os escritos genuínos do período sub-apostólico são os mais úteis sob o aspecto histórico visto que revelam o estado da igreja e o reconhecimento dos livros canônicos ao Novo Testamento.

8. Os livros pseudepígrafos do Novo Testamento

Durante o século II e III, numerosos livros espúrios e heréticos surgiram e receberam o nome de pseudepígrafos, ou escritos falsos. Eusébio os chamou de “totalmente absurdos e ímpios”.

A natureza dos pseudepígrafos

Praticamente nenhum pai da igreja, nenhum cânon ou concílio declarou um desses livros como canônicos. No que concernem aos

crístãos estes livros têm principalmente interesse histórico. O conteúdo deles resume-se em ensinamentos heréticos, cheios de erros gnósticos, docéticos e ascéticos. A semelhança dos pseudépígrafos do Antigo Testamento, tais livros revelavam desmedida fantasia religiosa. Evidenciavam uma curiosidade incurável para descobrir mistérios não revelados nos livros canônicos, e exibem uma tendência doentia, mórbida de dar apoio a idiosincrasias doutrinárias mediante fraudes piedosas. Haveria talvez um resquício de verdade por dentro das fantasias apresentadas; todavia, os pseudépígrafos precisam ser totalmente “demitizados” a fim de que se descubra a verdade.

O número dos pseudépígrafos

O número exato desses livros é difícil de apurar. Fócio, por volta do século XIX havia relacionado cerca de 250 obras. Segue uma relação dos pseudépígrafos mais importantes e das tradições a eles relacionadas:

Evangelhos

- O evangelho de São Tomé (Séc. I). É uma visão gnóstica dos supostos milagres da infância de Jesus.
- O evangelho dos Ebionitas (Séc. II). É uma tentativa gnóstico-cristã de perpetuar as práticas do Antigo Testamento.
- O evangelho de Pedro (Séc. II). É uma falsificação gnóstica e docética.
- O proto-evangelho de Thiago (Séc. II). É uma narração que Maria faz do massacre dos meninos pelo rei Herodes.
- O evangelho dos egípcios (Séc. II). É um ensino ascético contra o casamento, contra a carne e contra o vinho.
- Evangelho arábico da infância (?). Registra os milagres que Jesus teria praticado na infância, no Egito, e a visita dos magos de Zoroastro.

- O evangelho de Nicodemos (Séc. II ou V). Contém os atos de Pilatos e a descida de Jesus.
- O evangelho do carpinteiro José (Séc. IV). É o escrito de uma seita monofisista que glorificava a José.
- A história do carpinteiro José (Séc. V). É a versão monofisista da vida de José.
- O passamento de Maria (Séc. IV). Relata a assunção corporal de Maria e mostra os estágios progressivos de adoração a Maria.
- O evangelho da natividade de Maria (Séc. VI). Promove a adoração de Maria e forma à base da lenda de ouro, livro popular no século XIII sobre a vida dos Santos.
- O evangelho de um pseudo Mateus (Séc. V). Contém uma narrativa sobre a visita que Jesus fez ao Egito e sobre alguns milagres do final de sua infância.
- O evangelho dos doze, de Barnabé, de Bartolomeu, dos Hebreus, de Marcião, de André, de Matias, de Pedro, de Filipe.

Atos

- Os atos de Pedro (Séc.II). Contém a lenda segundo a qual Pedro teria sido crucificado de cabeça para baixo.
- Os atos de João (Séc.II). Mostra a influência dos ensinamentos gnósticos e docéticos.
- Os atos de André (?). É uma história gnóstica de prisão e da morte de André.
- Os atos de Tomé (?). Apresentam a missão e o martírio de Tomé na Índia.
- Os atos de Paulo. Apresentam em Paulo de pequena estatura, de nariz grande, de pernas arqueadas, e calvo.
- Os atos de Matias, de Filipe, de Tadeu.

Epistolas

- A carta atribuída a nosso Senhor. É um suposto registro da resposta dada por Jesus ao pedido de cura de alguém, apresentado pelo Rei da Mesopotâmia. Diz o texto que o Senhor enviaria alguém depois de sua ressurreição.
- A carta perdida aos Coríntios (Séc. II e III). É uma falsificação baseada em 1ª Co 5.9, que se encontrou numa bíblia Armênia do século V.
- As seis cartas de Paulo a Sêneca (Século IV). É uma falsificação que recomenda o cristianismo para os discípulos de Sêneca.
- Carta de Paulo aos Laodicenses. É uma falsificação baseada em Cl 4.16. Também relacionada entre os apócrifos.

Apocalipse

- Apocalipse de Pedro (Também relacionado entre os apócrifos).
 - Apocalipse de Paulo.
 - Apocalipse de Tomé.
 - Apocalipse de Estevão.
 - Apocalipse de Messos.
 - Segunda Apocalipse de Tiago.
 - Apocalipse de Dositheu.
- }

Obra de cunho gnóstica, descobertas em 1946 em Nage Hammade, No Egito.

Outras Obras

- O livro secreto de João.
- Tradições de Matias, dialogo do Salvador.

9. Os Livros disputados do Novo Testamento

De acordo com o historiador Eusébio, houve sete livros cuja autenticidade foi questionada por alguns pais da igreja, e por isso não haviam obtido reconhecimento universal por volta do séc. IV. Os livros suspeitados foram: Hebreus, Tiago, 2ª Pedro, 2ª e 3ª João, Judas e Apocalipse.

Natureza do Questionamento:

Hebreus

Foi basicamente a anônimidade do autor que suscitou dúvidas sobre Hebreus. Visto que o autor não se identifica e não afirma ter sido um dos apóstolos (Hb 2.3), o livro permaneceu sob suspeição entre os cristãos do Oriente, que não sabiam que os cristãos do Ocidente o haviam aceitado como inspirado e autorizado. Outro fato foi os montanistas terem recorrido a Hebreus em apoio a algumas de suas concepções errôneas, fez demorar sua aceitação nos círculos ortodoxos. Ao redor do século IV, no entanto sob a influência de Jerônimo e de Agostinho, a carta aos Hebreus encontrou seu lugar permanente no cânon. O fato de o autor de Hebreus ser anônimo deixou aberta a questão de sua autoridade apostólica. A igreja ocidental aceitou o livro de Hebreus como de autoria Paulina, o que evidentemente resolveu a questão. D'outra sorte, o teor do livro é confiável, assim como sua reivindicação de ter autoridade divina (Cf. Hb 1.1,2,3,4 e 13.22).

Tiago

Foi questionada tanto a autoria como a veracidade do livro. O autor Tiago, não era apóstolo. Os primeiros leitores e os que lhe seguiram puderam atestar que Tiago era do círculo apostólico, o irmão de Jesus (Cf. At 15 e Gl 1). Todavia a igreja ocidental não teve acesso à essa informação original. Também havia o problema do ensino a respeito da justificação e das obras, como Tiago o apresenta em sua carta. O aparente conflito com o ensino de Paulo acerca da justificação pela fé representou em peso contra Tiago. Até Martinho

Lutero chegou a chamar Tiago de carta de “Palha”, colocando-a no fim do Novo Testamento. No entanto, os esforços de Orígenes, de Eusébio, de Jerônimo e Agostinho, a apostolicidade e veracidade dessa carta vieram a ser reconhecidas pela igreja ocidental.

2ª Pedro

A carta mais questionada do Novo Testamento, talvez como afirmou Jerônimo pela dessemelhança de estilo com a primeira carta do apóstolo. Não obstante disso, existem amplas razões para incluir 2ª Pedro entre os livros canônicos. Willian F. Alfrigth chama a atenção para as similaridades com a literatura do Qumran, data Pedro anteriormente a 80 d.C. Isso significa que a carta não é uma fraude forjada no segundo século, mas se originou no período apostólico. O papiro Bodmer (p⁷²) recentemente descoberto contém uma cópia de 2ª Pedro oriunda do Egito, no século III. Isso prova que 2ª Pedro estava sendo usada com muito respeito pelos cristãos coptas, em época bem primitiva. Clemente de Roma, bem como a obra pseudo Barnabé, dos séculos I e II respectivamente citam 2ª Pedro. Temos também os testemunhos de Orígenes, Eusébio, Jerônimo e Agostinho, dos séculos III e IV. Finalmente, há evidências internas a favor da confiabilidade de 2ª Pedro. Há na carta características e interesses doutrinários notadamente petrinos. As diferenças de estilo podem ser explicadas facilmente, por causa do emprego de um escriba em 1ª Pedro o que não ocorreu em 2ª Pedro.

2ª e 3ª João

Foram questionadas quanto à autenticidade. O escritor se identifica apenas com “presbítero”, por causa desse anonimato e de sua circulação limitada, as cartas não gozaram de ampla aceitação. Policarpo e Irineu haviam aceitado 2ª João. O cânon Muratório e as antigas latinas continhas ambas, a semelhança no estilo e mensagem com 1ª João, que havia sido amplamente aceita, mostrou ser óbvio que as outras duas vieram do apóstolo João também (Cf. 1ª Jo 1-4).

O termo presbítero designa mais afetuosidade que apóstolo. O primeiro designo, o ofício, o cargo que ocupavam, o segundo o dom que havia recebido.

Judas

A confiabilidade foi questionada por alguns, por causa das referências às obras pseudepígrafas (Enoque - Jd 14,15 e numa possível Assunção de Moisés Jd 9). Entretanto, Judas foi suficientemente reconhecida pelos primeiros pais da igreja. Irineu, Clemente de Alexandria, Tertuliano e o cânon Muratório aceitaram a confiabilidade desse livro. A citação dos pseudepígrafos significa apenas a citação de um fragmento de verdade encravada naqueles livros.

Apocalipse

Foram levantadas dúvidas quanto a sua confiabilidade a doutrina do milênio em Apocalipse 20, foi o ponto central da controvérsia, que chegou até fins do século IV. Contudo o Apocalipse foi um dos primeiros livros a ser reconhecido entre os escritos dos primeiros pais da igreja. Todavia, quando os montanistas agregaram seus ensinamentos ao Apocalipse, no século III, a aceitação definitiva acabou sendo mais demorada. Mas essa influência se desvaneceu quando, Atanásio, Agostinho e Jerônimo ergueram-se em defesa do Apocalipse, que estava sendo mal utilizado pelas seitas heréticas, embora tenha saído das penas do apóstolo João e não dentre os hereges. Finalmente o Apocalipse encontrou lugar definitivo no cânon sagrado.

10. Exercícios

1. Definir o que significa o termo “cânon”:

2. Definir alguns usos eclesiásticos do termo Cânon pelos pais da Igreja:

3. Qual a distinção entre a canonicidade de um livro da Bíblia e sua autoridade?

4. Quais os passos que revelam a origem e desenvolvimento do cânon?

5. Quais os estágios de canonização do Antigo Testamento, segundo H. E. Ryle?

6. O cânon hebraico está dividido em partes, sendo:

a.

b.

c.

7. Quais os livros que formam as 3 divisões do cânon hebraico?

11. Quais outros princípios estabelecidos pelos judeus para os livros figurarem no cânon do Antigo Testamento?

12. Quais livros que compunham a Bíblia Samaritana?

13. Como surgiu a septuaginta?

14. O que ficou definido no concílio de Jamnia no ano 90 d.C.?

15. O que era cânon de Alexandria, e qual a diferença de cânon palestino?

16. Como foi concluído o cânon segundo a alta crítica e a baixa crítica?

20. Qual foi o tempo de formação dos 27 livros que compõem a forma atual do Novo Testamento?

21. Qual é o evangelho mais antigo? E qual a data possível?

26. Qual a importância da leitura dos livros autorizados no processo de canonização do Novo Testamento?

27. Qual a importância do processo de circulação e compilação dos livros entre as igrejas, no processo de canonização do Novo Testamento?

28. Quando se definiu o cânon do Novo Testamento?

29. Qual é o valor dos livros apócrifos do Novo Testamento?

30. Quais são os livros considerados apócrifos no Novo Testamento? Citar data possível de composição e resumir seu conteúdo

31. Qual é a natureza dos livros pseudepígrafos?

32. Quantas obras pseudepígrafas foram relacionadas por Fotio por volta do séc. XIX.

33. Qual é a composição literária dos pseudepígrafas?

34. Quais são os livros mais disputados, quando a inserção no cânon?
